



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - MÁFIA DAS ÓRTESES E PRÓTESES NO BRASIL			
EVENTO: Audiência Pública / Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0816/15	DATA: 10/06/2015	
LOCAL: Plenário 12 das Comissões	INÍCIO: 14h36min	TÉRMINO: 16h59min	PÁGINAS: 71

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
LUIZ SOUZA FIDELIX - Diretor-Financeiro da empresa Intelimed Comércio e Representações Ltda. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Sócio-gerente da IOL Implantes Ltda.

SUMÁRIO
Tomada de depoimentos. Apreciação de requerimentos constantes da pauta.
OBSERVAÇÕES
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar cartelização na fixação de preços e distribuição de órteses e próteses, inclusive com a criação de artificial direcionamento da demanda e captura dos serviços médicos por interesses privados — CPI da Máfia das Órteses e Próteses no Brasil.

Ata.

Informo que se encontra à disposição dos Srs. Parlamentares cópia da ata da 21ª Reunião, realizada em 9 de junho de 2015.

Indago se há necessidade de leitura da ata.

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Sr. Presidente, eu solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Fica dispensada a leitura da ata por solicitação dos Deputados André Fufuca e Jhonatan de Jesus.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem a queira discutir, submeto à votação a respectiva ata. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Expediente.

Comunico aos Srs. Deputados o recebimento dos seguintes expedientes:

Do Sr. Alberto Alves Júnior, Gerente-Executivo da Carta de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil — CASSI, em que requer a prorrogação do prazo para atendimento do Requerimento nº 76, de 2015, por mais 15 dias; do Sr. Júlio de Almeida Pinheiro, Diretor da empresa Brasil Ortopedia Comércio e Importação de Produtos Cirúrgicos e Hospitalares LTDA., em que solicita informações suplementares para cumprimento da requisição desta CPI; da Sra. Maria Elizabeth Pinho, secretária da Diretoria do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo — CREMESP, em que encaminha relação de sindicâncias e processos ético-profissionais que tramitam naquele Conselho referentes a órteses e próteses que correm em sigilo processual; do Dr. Marcos Joaquim Gonçalves Alves, OAB/DF nº 20.339, representante legal da Oscar Iskin Companhia Ltda., em que renova o pedido de acesso aos documentos que versam sobre a atividade da requerente.



Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se à audiência pública com o Sr. Luiz Souza Fidelix, Diretor Financeiro da Intelimed, conforme Requerimento nº 94, de 2015; Sr. Miguel Iskin, sócio-gerente da Oscar Iskin, conforme Requerimento nº 56, de 2015; Sr. Fernando Strehl, administrador da STREHL, conforme Requerimento nº 121, de 2015; e Sr. José Paulo Wincheski, sócio-gerente da IOL Implantes Ltda.; conforme Requerimento nº 93, de 2015.

Também, ao final da Ordem do Dia, nós haveremos de ter deliberação de requerimentos, conforme já havíamos acordado com o conjunto da CPI, dos requerimentos protocolados até 24 horas antes do início da reunião seguinte.

Registro, novamente, o recebimento de decisão do Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, em que defere em parte o pedido de medida liminar nos autos do Habeas Corpus nº 128.618, impetrado por Guilherme Rodrigues Abrão em favor de Luiz Souza Fidelix, para que a CPI Máfia das Órteses e Próteses no Brasil conceda ao paciente o tratamento próprio à condição de acusado ou investigado, assegurando-lhe o direito de não assinar termo de compromisso na qualidade de testemunha, bem como dispensa de responder a eventuais perguntas que impliquem autoincriminação, e ainda para que não sejam adotadas quaisquer medidas restritivas de direito ou privativas de liberdade como sequência do direito de não produzir provas contra si próprio. Ressalta, porém, grifo nosso, que, em relação aos fatos que não impliquem autoincriminação, persiste a obrigação de o depoente prestar informações.

Esta Presidência informa ainda que os demais depoentes de hoje também serão ouvidos na qualidade de investigados, sendo-lhes garantidos todos os direitos constitucionais inerentes a essa condição. Entretanto, informo que as colaborações de V.Sas. certamente elucidarão fatos investigados por esta Comissão e terão efeito na conclusão dos nossos trabalhos.

Peço atenção às Sras. e aos Srs. Deputados para os seguintes procedimentos que nortearão os trabalhos desta CPI no dia de hoje.

A palavra será concedida ao convocado, que terá o prazo até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado (Art. 256, § 2º, Regimento Interno da Câmara dos Deputados).



Concluída a sua manifestação, será concedida a palavra ao Relator e aos Sub-Relatores. Em seguida, aos demais Deputados, observada a ordem de inscrição, para, no prazo de 3 minutos cada um, interpelar o convocado (Art. 256, § 5º, Regimento Interno da Câmara dos Deputados).

O convocado somente poderá ser interpelado sobre tema objeto dos termos de convocação formulado por esta CPI (Art. 256, § 5º, Regimento Interno da Câmara dos Deputados).

A lista de inscrição para as interpelações encontra-se à disposição dos Srs. Deputados na mesa de apoio; é permitida a permuta de inscrição entre os Deputados, mas os que não se encontrarem presentes na hora da chamada perderão a inscrição.

Esta Presidência consulta os Srs. Parlamentares mais uma vez quanto à possibilidade de se formar blocos de perguntas com cinco participações cada e dispensar a réplica e tréplica, referidos no § 5º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, conforme já acordado durante todas as reuniões havidas.

Solicito ainda que sejamos breves para que todos inscritos possam fazer uso da palavra.

Senhoras e Senhores Deputados, nós recebemos às 12h30min, na Secretaria da Comissão Parlamentar de Inquérito, uma solicitação do advogado Marcos Joaquim Gonçalves Alves, OAB/DF nº 20.389, em que solicita, mais uma vez, pedido de acesso aos documentos que versam sobre a atividade da requerente e solicita também um novo prazo para que a convocada, a empresa Oscar Iskin, possa se fazer presente à Comissão Parlamentar de Inquérito.

Está aqui a solicitação.

Solicitamos um parecer da Comissão. A primeira vez que foi convocada, a empresa Oscar Iskin solicitou a prorrogação do prazo para aqui comparecer, já que, naquela época, não poderia estar presente, e, concomitantemente, solicitou acesso aos autos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Houve um desacerto na Secretaria desta Comissão, e o nosso convocado não teve acesso aos autos para que pudesse tomar ciência do teor da sua convocação. Conforme recomendação da Consultoria Legislativa da nossa Comissão, nós achamos a justificativa apresentada bastante pertinente e vamos



deferir a solicitação do Sr. Miguel Iskin, para que ele tenha acesso aos autos e, tão logo tenha acesso aos autos, nós o convocaremos nas próximas duas semanas, quando, então, ele estará presente na Comissão Parlamentar de Inquérito. É um direito constitucional do convocado, e nós estamos dando guarida ao mesmo.

Também queremos comunicar aos Sras. e Srs. Deputados que o Sr. Fernando Strehl, administrador da Strehl, não se faz presente, tendo em vista que o endereço que a Secretaria obteve não foi o endereço no qual teve acesso à sua convocação. Então, também vamos fazer uma nova convocação do Sr. Fernando Strehl, para que ele possa, no mesmo dia do Sr. Miguel Iskin, sócio-gerente da Oscar Iskin, estar presente aqui na Comissão.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Pede uma questão de ordem o Deputado Relator André Fufuca.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Presidente, o Sr. Fernando Strehl, um dos administradores da empresa Strehl, não foi localizado pelo serviço de polícia da Casa; ao contrário, ele demonstra que vem se escondendo.

Eu gostaria de fazer essa declaração porque nós daremos entrada ainda hoje em um pedido para a Polícia Federal poder notificá-lo, até porque ninguém consegue achá-lo. Ele é acusado por vários crimes, como improbidade administrativa, ter empresa de fachada no exterior, e é pertinente que saibamos se ele ainda se encontra em nosso País para que ele possa ser notificado.

Aqui fica o meu registro para que o Sr. Fernando Strehl possa ser localizado pelas autoridades competentes, visto que nós, até agora, não conseguimos encontrá-lo nem notificá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Nós aguardamos o recebimento do requerimento por parte do Deputado Relator.

Haveremos de discutir na próxima reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito e haveremos de tomar a decisão conjunta com os Srs. e as Sras. Deputados.

Amanhã de manhã mesmo, na nossa próxima reunião, nós vamos discutir qual a melhor forma de fazê-lo comparecer aqui. O nobre Relator e o conjunto desta CPI deveremos fazer uma reunião prévia às 9h30min na Secretaria da Comissão.



Depois, nós vamos realizar reunião em plenário, ainda a ser designada, e votar alguns requerimentos. Vamos, então, decidir sobre como nós vamos fazer para que seja cumprido aquilo que foi deliberado quanto à presença do Sr. Fernando Strehl nesta Comissão.

Vou chamar agora o Sr. Luiz Souza Fidelix, Diretor Financeiro da Intelimed, e o seu advogado, para que ele possa se sentar à nossa esquerda.

Gostaria também de chamar o Sr. José Paulo Wincheski, para que ele possa, junto com o seu advogado, sentar-se aqui à direita do nobre Relator.

Passo a palavra ao Sr. Luiz Souza Fidelix, Diretor Financeiro da Intelimed. Eu já fiz a leitura. Ele disporá de até 20 minutos para a sua fala acerca do objetivo desta Comissão, que é a investigação da chamada máfia das órteses e próteses no Brasil.

O senhor terá até 20 minutos para fazer a sua fala nesta Comissão.

O SR. LUIZ SOUZA FIDELIX - Boa tarde, estimados Parlamentares. Gostaria inicialmente de esclarecer que a empresa Intelimed, da qual sou sócio e único administrador a todo mercado de produtos médico-hospitalares desde 1992, sendo que, portanto, há mais de 22 anos a empresa contribui de forma efetiva com a saúde e o bem-estar das pessoas. Ao longo dessa história de pouco mais de duas décadas, a empresa sempre atuou no mercado de forma ética, transparente, regular e lícita, sendo reconhecida e respeitada no seu cenário de atuação por, inclusive, representarem importantes marcas mundiais. É imperioso registrar que a empresa possui o seu próprio guia de *compliance* e vem reforçando cada vez mais os seus mecanismos anticorrupção, pois corrupção é o extremo oposto de tudo o que defendemos. Não mediremos esforços para continuarmos aprimorando nossos mecanismos de controle a fim de que se façam prevalecer condutas apropriadas, éticas e legais. Em tempo, eu gostaria de comentar que, ontem, estive aqui a Cláudia, Diretora Executiva da ABRAIDI. Hoje à tarde está sendo lançado o Estatuto da ABRAIDI, do qual nós fazemos parte. Estamos aderindo. Estamos acompanhando de perto todas as notícias e investigações que estão sendo realizadas no ramo de atuação da empresa com o objetivo de oportunamente colaborarmos e esclarecermos, na esfera adequada, todo e qualquer assunto relacionado à atividade da empresa, que sempre se deu de forma lícita e transparente, desmistificando-se qualquer suspeita de irregularidades cometidas.



Considerando a existência de investigações em curso, notadamente perante a Polícia Civil e Ministério Público em Porto Alegre, sem que eu saiba exatamente do que eu estou sendo acusado e investigado neste momento, aproveito para agradecer a oportunidade e a compreensão dos senhores. Venho exercer o meu direito constitucional ao silêncio. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Agradeço ao Sr. Luiz Souza Fidelix. Ele invoca o direito constitucional de permanecer em silêncio.

Vamos passar a palavra ao Sr. José Paulo Wincheski, sócio gerente da IOL implantes Ltda., que disporá de até 20 minutos para a sua fala.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. presentes, boa tarde. Sou José Paulo Wincheski, Gerente-Geral e responsável legal pela IOL Implantes. Estou no mercado há aproximadamente 40 anos. Estamos com a IOL há aproximadamente 22 anos, e gostaria de, inicialmente, informá-los que a IOL Implantes está absolutamente regularizada junto aos órgãos públicos nacionais, seja a ANVISA, seja a VISA, e também apta a comercializar produtos na comunidade econômica europeia, pois detém a marca CE, detém a ISO, detém, enfim, a documentação pertinente para atuar. Gostaria também de informá-los que, em vista da reportagem, estamos aqui; porém, é importante que se diga que os produtos comercializados pela IOL Implantes são produtos de domínio público e, portanto, eles não estão aptos a serem comercializados em locais específicos, mas em todo o País, em todos os hospitais, em todos os segmentos. Então, esses produtos não englobam os produtos que a IOL Implantes tem registrado hoje e, portanto, pode comercializar em nosso País linhas de produtos como, por exemplo, produtos para coluna, produtos para buco-maxilo. Nós não temos *stent*, nós não comercializamos esses produtos. Temos uma rede de distribuidores que engloba seguramente mais de 200 distribuidores a nível nacional, e isso, sem dúvida, gera uma concorrência bastante importante para todo o mercado. Informamos também que em 100% dos casos nós operamos na tabela SUS, Sistema Único de Saúde. Nós não comercializamos nenhum produto afora os produtos tabelados. Tendo em vista essas colocações, é pertinente que se diga que nós não temos estrutura de vendas que saia ao mercado oferecendo os nossos produtos. Os vendedores da companhia sou eu e mais duas outras pessoas, um é meu filho e o outro é o gerente



comercial. Portanto, nós divulgamos a nossa marca através, única e exclusivamente, dos congressos da Associação Médica Brasileira, do Congresso Brasileiro de Ortopedia, do Congresso Brasileiro de Trauma. Enfim, este é o nosso local de informar aos clientes qual é a nossa linha de produtos. Eu estarei aqui à disposição e aberto a toda e qualquer pergunta, questionamento. Estou aqui, mais uma vez repito, à disposição. Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Agradeço ao Sr. José Paulo Wincheski.

Passo imediatamente a palavra ao Sr. Relator, Deputado André Fufuca, para que ele possa fazer os questionamentos.

Pela ordem, o Deputado André Fufuca fará os questionamentos ao Sr. Luiz Souza Fidelix, Diretor Financeiro da Intelimed, que poderá responder a todos os questionamentos...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Só 1 minutinho, Deputado Silvio Costa.

O depoente poderá responder aos questionamentos do Relator, assim o fazendo na ordem das perguntas. Logo depois, o Deputado fará os questionamentos ao Sr. José Paulo Wincheski.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Presidente, é uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Antes, porém, ouvirei uma questão de ordem do Deputado Silvio Costa.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Presidente, eu tenho a informação de que o Sr. Luiz Souza Fidelix não vai falar. Então, não tem sentido o Relator elaborar perguntas, porque, depois, o cidadão Luiz Souza pegará as notas taquigráficas e vai saber quais são as perguntas, e o advogado vai preparar... Então, isso não tem sentido, é entregar o ouro ao bandido. Isto é um erro.

Então, eu quero sugerir que deixe esse cidadão esperando sentadinho. Quando chegar a vez dele, a gente vai ter uma tática regimental com ele. Que o Sr. Relator faça perguntas ao outro depoente.

Presidente, desculpe-me a franqueza, quero só dizer que participei de três CPIs aqui. Todas as CPIs de que participei o depoente chegava, sentava à mesa, e



o Relator começava a perguntar. O senhor está deixando o cara chegar aqui para falar, parecendo um palestrante, tentando sensibilizar as pessoas.

Então, eu quero sugerir a V.Exa. que, quando um depoente se sentar aí, o Relator imediatamente comece a perguntar, porque é a função da gente. Só isso. Por favor, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Qual o artigo da questão da ordem?

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O art. 96, que cabe tudo. É uma reclamação, na verdade. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Primeiro, o Deputado Silvio Costa, talvez porque esporadicamente esteja presente aqui na Comissão, não tenha acompanhado passo a passo os trabalhos aqui. Nós combinamos... Foi acordado entre o conjunto dos Deputados, por maioria absoluta, que nós faríamos esse tipo de regramento. Não é o Deputado Silvio Costa que vai dar agora um novo encaminhamento aos andamentos desta Comissão.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Companheiro, não é questão do Deputado Silvio Costa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Então, eu gostaria de dizer aqui que nós vamos ter o mesmo tipo de procedimento que tivemos ao longo de mais de 22 sessões ocorridas até agora.

Deputado André Fufuca, para os seus questionamentos.

Não vou lhe dar a palavra, Deputado Silvio Costa.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não vai dar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Não vou lhe dar a palavra. Vou passar aqui...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - É por isso que esta Comissão vai muito mal e já tem muito cochicho nesta Casa que eu não estou gostando. Dê-me a palavra, sim senhor!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado, assim que terminarem os questionamentos...



O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - A questão de ordem tem precedência em qualquer momento da sessão. Eu quero uma questão de ordem baseada no art. 96. Pode pegar o Regimento aí! Qualquer momento da sessão!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Já foi decidida a reclamação. A reclamação não é pertinente.

Nós estamos fazendo e acompanhando o mesmo tipo...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - (*Inaudível.*) Ele nem sabe qual é o artigo que eu vou fazer. Respondeu no art. 96...

O SR. DEPUTADO CÉLIO SILVEIRA - Não pode um Deputado vir aqui esporadicamente e desrespeitar V.Exa. dessa maneira.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não é questão de desrespeitar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Eu sei, eu estou fazendo, mas infelizmente o Deputado...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Quem está me desrespeitando é ele, é a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado, nós estamos tendo o mesmo tipo de procedimento que nós tivemos ao longo da nossa Comissão.

O Deputado Silvio Costa desrespeita inclusive o Presidente da Casa...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Esse eu não respeito de jeito nenhum. O senhor o conhece...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - ... não vai tentar desrespeitar o Presidente de uma Comissão?!

Passo a palavra ao Deputado Relator, para fazer os seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sr. Presidente, a primeira questão de ordem do Deputado Silvio Costa, inclusive, foi uma questão levantada também pelo Deputado Jhonatan de Jesus.

Em função do silêncio do Dr. Luiz Souza Fidelix, Diretor Financeiro da Intelimed, que nós pudéssemos começar os questionamentos, partindo de quem veio para responder e, logo após, nós haveríamos, em uma nova estratégia, de questionar ao Sr. Luiz Souza Fidelix.

Então, eu começarei os meus questionamentos com o Dr. José Paulo, Sócio-Gerente da IOL implantes.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Pode dar prosseguimento aos seus questionamentos, Deputado Relator.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Posteriormente, após o término, nós iremos conversar com o Dr. Luiz Souza.

Sr. José Paulo, a pessoa que foi mostrada no programa *Fantástico*, dizendo que seria possível a manipulação de edital público para a empresa IOL, para que vencesse a concorrência, é funcionário efetivo ou terceirizado da IOL?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Microfone, por favor, para que ele possa falar ao microfone, porque está sendo gravada a sua fala.

Um minutinho, até chegar o microfone. (*Pausa.*)

Peço à Secretaria que verifique o que está acontecendo, com registro de presenças no painel.

Então, Deputado André Fufuca, pode reiniciar seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - A pessoa que foi mostrada no programa *Fantástico*, dizendo que seria possível a manipulação de edital público para que empresa IOL vencesse todas as concorrências, é funcionário efetivo ou terceirizado da empresa?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Ele trabalha exclusivamente para a companhia. Porém, ele é uma pessoa jurídica, mas com exclusividade para a IOL implantes.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Quem deu autorização para ele negociar, segundo esses médicos?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Absolutamente ninguém o autorizou a falar nada a esse respeito. A questão é muito fácil de entender. O Rodrigo está na companhia, estava na companhia no momento dos fatos, no final do ano passado, há aproximadamente 1 ano. O mercado em que ele atuava anteriormente era um mercado de papéis. Portanto, tinha zero de conhecimento da área de implantes ortopédicos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Mas...

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Perdão.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Como ele teve conhecimento então...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Gostaria que o serviço de som melhorasse o som aqui na Comissão.

(Pausa prolongada.)

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Se o funcionário não foi autorizado por ninguém, como ele tinha conhecimento, então, de que a empresa falsificava e manipulava edital público?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Como eu já disse em algum momento segundos atrás, nós participamos de congresso. Portanto, nos congressos, recebemos uma série imensa de pessoas que fazem comentários a respeito das práticas de mercado. Ele ouviu essas práticas e, indevidamente, incorretamente, ele reportou na reportagem fatos dos quais ele não tem conhecimento e dos quais a IOL não participa, voltamos a reafirmar.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Mas a IOL participa de licitação?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - A IOL não participa de licitações, a IOL não entra em concorrências públicas, a IOL não tem um faturamento para hospital público. Portanto, não temos absolutamente nada a ver com essas práticas. Foi uma infelicidade do Rodrigo ao reverberar, no momento da reportagem, situações que ele tinha ouvido durante os três ou quatro congressos de que ele já tinha participado, até o congresso brasileiro em novembro.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - A empresa paga médicos para indicar os seus produtos?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Absolutamente, não. A IOL não tem contatos com médicos. Os contatos se fazem via distribuidores.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Presente, brinde, viagem... Nada?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Nada! Nada! Nós não temos contato com médico. Reforço isso com ênfase.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - A empresa possui qualquer tipo de ligação comercial financeira ou societária, ainda que informal, com as demais empresas citadas na reportagem do *Fantástico*?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Eventualmente, pode ter empresas que comprem produtos da IOL, distribuidores que comprem. Como eu já citei para os senhores, nós temos mais de 200 distribuidores em nível de Brasil.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Duzentos?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Mais de 200 distribuidores, e, portanto, eventualmente pode ter um ou outro.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Mas, em nível de sociedade?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Zero. Não tem nada. Nada!

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Nenhuma das empresas?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Nenhuma. A IOL é uma empresa única, com quatro sócios, que não tem nenhuma situação com nenhuma outra empresa.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Como se dá a fixação do valor de venda dos produtos da empresa?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Baseados na tabela do SUS.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Mas eles obedecem à tabela do SUS?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não, a tabela do SUS é o referencial de mercado, e nós comercializamos os produtos a partir desse valor de referência, partindo sempre e sempre para baixo, nunca para cima.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Porcentagem maior não existe?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não existe. A IOL não pratica.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Existe superfaturamento nos preços do produto da empresa?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Perdão.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Existe superfaturamento nos preços do produto da empresa?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Nenhum.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - A empresa já serviu liminares?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Já serviu? Perdão.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - As liminares que nós falamos, liminares, judicialização do processo: uma cirurgia tal será feita...

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não! Não temos isso! Absolutamente, não! Novamente refuto com veemência, que não temos nada com isso. Não temos nenhum contato. Zero!

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - O valor de venda dos produtos...

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Sim.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - ...ele é alterado conforme o comprador, conforme o Estado ou tem um preço fixo?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Os preços são padrão nacional e dependem muitas vezes se o cliente comprar um volume menor ou maior... Dependendo do prazo de pagamento que foi negociado, sim. Isto existe: uma flexibilização de negociação. Os clientes não podem ser tratados de uma maneira equânime, porque você tem diferentes clientes, inclusive com situações diárias de atendimento que são mais complexas, etc., etc. É uma questão de logística de mercado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - A sede da IOL se concentra em qual Estado?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - No Estado de São Paulo, no Município de Diadema.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Há alguns relatos aqui de diversas empresas, de diversos médicos que praticavam superfaturamento de cirurgias. O senhor tem conhecimento, no Estado de São Paulo, de médicos que utilizem produtos cirúrgicos de forma desnecessária, visando apenas à questão financeira e ao superfaturamento das cirurgias?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não tenho. Não tenho. E volto a repetir que não tenho porque não tenho contatos diretos com médicos. Portanto, não sei dessas práticas, não pratico essas práticas. Para mim, inexistem.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - A utilização da indicação de cirurgias, de forma desnecessária?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Absolutamente, desconheço.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - A empresa tem tratamentos para prestar consultorias de produtos?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Nenhum.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Consultoria zero?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Zero.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - A empresa já foi beneficiada por algum tipo de decisão judicial que determinou ao SUS ou algum plano de saúde que custeasse a cirurgia envolvendo ela?



O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não! Não! Nunca!

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - A empresa tem conhecimento a respeito da danificação de produtos de propósito só para cobrar o preço de outro?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Também não. Jamais. Isso me causa uma revolta.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - A sua empresa só vende produtos para empresas privadas?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - As empresas privadas que compram os seus produtos, claro, elas cobram alguma porcentagem na nota?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não! Não! Os preços que eu faturado são os preços que efetivamente eu recebo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Não se cobra porcentagem na nota?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Zero. Nunca.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Os hospitais... O senhor vende para hospitais também, não é isso?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Hospitais privados, não.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não. Ah, vendo para dois hospitais privados sim, hospitais privados, hospitais que por sinal...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Quais são os nomes deles?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Hospital Monumento, que é no Bairro do Ipiranga, na cidade de São Paulo, e Hospital ABC, que fica no Município de São Bernardo do Campo. São dois hospitais que a IOL já atende há mais de 20 anos. São hospitais que fundamentalmente prestam serviços para o SUS. Não tem procedimentos particulares nesses hospitais.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Nós tivemos conhecimentos aqui inclusive de algumas empresas nos Estados de São Paulo e em outros Estados, em hospitais privados, que existia uma distorção entre a nota da distribuidora e a nota do hospital. O senhor tem conhecimento em relação a isso?



O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não. Não, porque a nota que eu... Se eu emito uma fatura de mil reais, eu tenho os documentos que comprovam que eu recebo os mil reais. Não tenho. Não existem descontos, não existe nada disso.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Passo a palavra ao Sub-Relator, Deputado Odorico Monteiro.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Sr. Presidente, eu acho que há um conjunto de questões levantadas pelo Deputado André Fufuca ao Sr. José Paulo, que eu fico aqui... Eu não consigo entender direito a empresa dele. Eu estou vendo o *site* aqui, Sr. José Paulo: é uma empresa que está há mais de 20 anos, é uma empresa que diz que não tem contato com médico.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Sim.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Como é que uma pessoa produz equipamentos ortopédicos... No mínimo deve ter uma área de PID dentro da empresa dele. Ele deve ter ajustes. Como é que a pessoa produz equipamentos que vão ser utilizados e implantados por médicos e não tem contato com médicos? Por outro lado, no próprio *site* da empresa há divulgação de vários eventos médicos. E ele faz convite para que os médicos estejam nesses congressos, visitem o *stand* dele. Então, eu acho que tem uma contradição aqui, até porque ele devia ter feito o juramento de que vai falar a verdade, e eu não vi. Estou preocupado, porque aqui é importante o senhor entender, porque se estiver dizendo alguma coisa que depois a gente comprove que não é verdade...

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Verídico. O.k.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - ...o senhor poderá ser julgado por isso.

Então o senhor usa a tabela do SUS?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Sim.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - A referência da tabela do SUS... A primeira coisa: como é que uma empresa que há 20 anos produz equipamento ortopédico, que é implantado por médico, não tem contato com médico? Eu queria que o senhor apresentasse um pouco a mágica que tem para trabalhar com isso.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Como eu disse...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Odorico Monteiro, quero dizer que ele não fez o juramento porque vem na condição de investigado. Investigado não faz juramento.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Tudo bem, obrigado.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Respondendo à pergunta do Deputado, as nossas relações com médico, como eu já disse, se dão em congresso, de forma institucional. Os médicos nos visitam sim no *stand*, e nós mostramos o produto. Assim como também eventuais clientes distribuidores que se interessam, e a eles... Esse é o momento de contato e de relacionamento nosso com os médicos.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Tudo bem. O senhor tem informação se algum distribuidor do senhor capacita médico para usar os equipamentos produzidos pela empresa do senhor?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não sei.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Não sabe?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não tenho contato.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - É uma empresa que não conversa com o fornecedor, com o distribuidor.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Sim. Sim. não...

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Qual é o nível de diálogo que o senhor tem com o distribuidor?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não, conversarmos sim com os distribuidores, tanto é que temos um resultado de vendas. Nós não nos imiscuímos, nós não nos adentramos em questões que são de foro íntimo das companhias. Não existe essa questão.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Existe uma cadeia produtiva e o senhor está inserido nela.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Claro.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - O senhor não está isolado numa bolha. Como se dá essa relação com o produto que o senhor produz? Como é o segmento desses produtos ao longo do tempo? Como o produto é registrado na ANVISA? Quando o senhor testa o produto, como é a parte clínica? Como é esse processo que o senhor vem evoluindo? Vi aqui que o senhor tem produtos de titânio,



o senhor acaba de lançar alguns produtos. Como é esse processo de pesquisa e desenvolvimento dentro da indústria? Quem é esse setor? Como é essa construção?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Entendo o que o senhor fala. O processo de desenvolvimento de produto se faz através de uma pessoa que é interna da companhia, que, por sinal, é sócio, que tem uma experiência de aproximadamente 30 anos no mercado de implantes. Ele já tinha sido, no passado, sócio de uma outra companhia de implantes. Então, nós partimos... Esse é o *start* de quando você quer lançar um produto. Como eu também já disse no início, os produtos que a IOL comercializa são produtos de domínio público. A maneira como...

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Não... Todos esses produtos que são produzidos são de domínio público. Nós estamos investigando produtos de domínio público, e são produtos que são comercializados. Na hora em que você registra na ANVISA e a ANVISA permite a comercialização, a sua aquisição passa a ser de domínio público. Nós estamos aqui tentando investigar — seria importante o senhor ajudar — uma ligação entre indústria, distribuidores, setores de profissionais que implantam e parte jurídica. Sua empresa não tem nenhum conhecimento desse processo e nunca teve relação com nenhum distribuidor nesse sentido?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não! Não tenho! Não tenho por que tê-lo. Por que eu vou discutir ou vou conversar com o meu distribuidor e ele me falar de situações que, se eu soubesse, eu absolutamente o descredenciaria: *“Não vendo mais para você, porque suas práticas comerciais não coadunam com a prática da IOL”*. Pode ter certeza disso, Deputado.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Quantos distribuidores estão vinculados à empresa do senhor?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Por volta de 200, talvez até mais distribuidores. Isso demonstra que o nosso produto tem penetração ampla. Portanto, existe uma situação de mercado que leva à concorrência. São questões factuais.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Se o senhor detectar que algum desses distribuidores está produzindo esse tipo de crime na cadeia produtiva dos equipamentos, dos dispositivos médicos produzidos pela IOL, retira ele do rol de...

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Pode ter absoluta certeza de que sim.



O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - E desses 200, o senhor não tem conhecimento de nenhum que tenha se envolvido no objeto desta CPI?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Eu particularmente não tenho. Eu não me envolvo nisso, pode ter certeza. Não quero isso! Minha firma é uma firma pequena. Quando se fala aí que 12 bilhões é o custo desse processo...

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Qual é o faturamento da empresa do senhor?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Meu faturamento, o ano passado, foi 21,5 milhões. Isso não representa nem 0,5% desse volume que estamos falando. Eu não vou me meter em questões que não são pertinentes a mim. Não tenho produtos para isso. Não tenho estrutura para isso.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Obrigado, Sr. Presidente. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Passemos à lista de inscrição.

O primeiro inscrito é o Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE Solla - Bom, eu queria só entender um pouquinho melhor, porque também não ficou muito claro e pode ser que eu não tenha entendido bem, mas me pareceu que tem algumas contradições. O senhor disse que não vendia para hospitais públicos. Eu estou entendendo que o senhor não vende diretamente. Os seus distribuidores tanto vendem para hospitais privados quanto para públicos, é isso?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Sem dúvida, é isso. Eu vendo para o distribuidor e ele tem os seus canais.

O SR. DEPUTADO JORGE Solla - O senhor disse que só vende diretamente para dois hospitais.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Dois hospitais.

O SR. DEPUTADO JORGE Solla - Todos os demais compradores são mediados por distribuidores.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - São distribuidores.



O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Essas titularidades de distribuição o senhor faz com mandato estadual, regional, ou todas elas têm distribuição, capacidade de venda em todo o território?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Nós temos, em primeiríssimo lugar, a necessidade, por exigência da ANVISA, de termos um cadastro com toda — toda — a documentação pertinente à legalidade dessa empresa em todos os órgãos, primeiro. A partir daí, se ele quiser comprar, são feitas as tratativas de negócio. Terceiro, ele pode sim, respondendo especificamente, atuar onde bem entender. Não existem negócios fechados, não existem áreas fechadas. A IOL não pratica esse tipo de situação de reservas de mercado.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Todos os seus distribuidores têm habilitação para atuar em todo o território?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Todos! Esses distribuidores recebem uma carta de credenciamento, que é renovada a cada 6 meses, e sem essa carta ele não pode comercializar.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Agora, em relação à tabela, também não ficou muito claro para mim. O senhor falou que praticava os preços da Tabela SUS.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Perfeito!

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Junto ao seu distribuidor, a margem do distribuidor já está dentro desse valor e ele remunera a IOL abatendo a margem dele ou ele aplicaria uma margem a mais?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não. Imaginemos, Deputado, que o preço do SUS seja 100 reais. Eu vendo para ele com 30% de desconto.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Então, a margem do distribuidor já está dentro do valor.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Essa é a margem dele.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Então, provavelmente, a maior parte dos seus distribuidores trabalha em regime de consignação com a Tabela SUS e tem a margem de 30% por dentro do valor da consignação.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Desse valor. O preço já vai descontado na nota. Se o produto é tabelado em 100, ele já recebe o produto a 70 reais.



O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Além da produção nacional que fazem, vocês também fazem importação ou só trabalham com a linha nacional?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Fazemos importações de matéria-prima. Fazemos importações...

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Mas todos os produtos que vocês vendem são fabricados aqui?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Sim. Há exceção, me perdoe, só para complementar. Nós temos cimento ortopédico que é importado da Argentina. Detemos o registro do produto aqui no Brasil e importamos. Portanto, não fabricamos cimento ortopédico.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Mas as órteses são todas fabricadas pela própria IOL?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Sim.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Tem a palavra o Deputado Mário Heringer. *(Pausa.)* Neste momento não se encontra no plenário.

Tem a palavra o Deputado Jhonatan de Jesus.

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este som hoje está bem complicado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - A Presidência já pediu providências ao serviço de som. Parece-me que é o som deste plenário.

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Sr. José, só para eu entender, os seus funcionários saem para revender os seus produtos. São mais de 200 consultores que o senhor disse que tem, é isso?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não funcionários, distribuidores. Não são meus funcionários.

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Não são seus funcionários.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não.

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - A empresa terceiriza a venda do material. É isso?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Veja, ele compra o material. Não é terceirizado, porque ele compra, paga e aí ele revende esse produto.



O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Então, eles já compram... É uma empresa que compra o meu produto para distribuir para outros locais?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Isso. É um distribuidor. Inclusive é ele que faz todo o trabalho de comercialização do produto.

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - O senhor não pode falar, mas o senhor pode explicar para ele para que ele possa falar. Eu espero. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não. Ele está me perguntando se eu tenho representantes comerciais. Eu não os tenho. Eu já disse inclusive que a venda se faz através de congresso, e quem trabalha no *stand* somos três pessoas.

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Aí eu digo ao Relator, nobre colega, e ao Sub-Relator: pelo que estou entendendo aqui, a empresa dele nada mais faz do que vender, e essas empresas é que vão comercializar com os médicos.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Perfeito.

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Mas, se o senhor não tem contato com os médicos, se o senhor não tem contato com os hospitais, por que o senhor promove esses eventos no seu próprio *site* de hospedagem da sua marca?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Porque quando eu vou aos congressos, a gente paga caro para estar lá. Agora mesmo estivemos na Feira Hospitalar em São Paulo.

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - O senhor tem o contato de todos os fornecedores a quem o senhor vende nos últimos 10 anos, 5 anos?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Sim, temos.

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Então, Sr. Presidente, vamos solicitar dele que encaminhe a esta Comissão todas as notas fiscais que foram vendidas para essas empresas e analisa-las, para ver qual delas está fazendo esse mercado. Pelo que estou entendendo aqui, o Sr. José está revendendo um produto que vai ser revendido aos hospitais.

O senhor participa direto de licitações?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não! Agora me permita? Só para...

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Claro!

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Esse mercado é um mercado que funciona na base da consignação. O hospital não compra o produto, existem *kits*



para diferentes tipos de procedimento, se você tem uma fratura de mão ou se você tem uma fratura de úmero de tibia, etc. Então, existem *kits* e esses *kits* são do próprio distribuidor e, no momento em que existe um procedimento, é feita a solicitação, ele leva esse *kit*, é feito o procedimento. À medida que ele implantou uma placa com quatro parafusos, aí se dá o faturamento a quem é de direito. Portanto, por isso que é impossível. Ninguém vai vir aqui falar que existe um fabricante com venda nacional. Isso é muito difícil. Por quê? Porque como é que você vai atender este País continental? É impossível.

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Então, o senhor não iria se opor se a Comissão solicitasse a quebra dos seus sigilos?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não, tanto é que, só para informar também à Comissão, eu estive na Polícia Federal, fiz um depoimento, uma oitiva, e o delegado me solicitou e eu até já entreguei.

O SR. DEPUTADO JHONATAN DE JESUS - Sem mais perguntas, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Eu até já entreguei, eu não sei se existe essa comunicação, se existir... E se também for o caso, eu não tenho problema nenhum em mandar novamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado Jhonatan de Jesus. O requerimento que há pouco disse que vai fazer, V.Exa. protocole, para que a gente possa votá-lo amanhã na reunião matutina.

Tem a palavra o Deputado Paulo Foletto.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - Sr. José?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - Só para nos ajudar aqui. O senhor fabrica praticamente 100% dos produtos que a empresa fornece ao mercado brasileiro há 40 anos, não é? Vem evoluindo.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não, eu, perdão, o senhor me corrija, me perdoe, eu estou no mercado hospitalar há 40 anos. A IOL Implantantes tem 22 anos.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - Não. Mas está bom.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - O.k.



O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - Foi exatamente nesse período que os implantes foram se qualificando...

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Claro!

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - ...em detalhes, para a recuperação de praticamente qualquer tipo de lesão óssea hoje em dia, de coluna, não é?

Na sua opinião, já que o senhor tem 40 anos de mercado, entre uma coisa e outra, o produto é importado? Nós temos muitos problemas que vimos descobrindo aqui que é aquela famosa frase dos colegas — eu sou médico também —: o senhor precisa deste produto aqui, aí já dá a marca, o revendedor, porque este aqui é importado e este aqui não vai quebrar, não vai envergar, a minha operação vai dar um resultado melhor. Não tem como não respeitar a opinião do senhor com o conhecimento de 40 anos de mercado. O senhor acha que, para o mercado nacional, a IOL Implantes está com nível de produção de produto compatível com os produtos que a gente importa num preço muito maior? Qual a sua opinião franca?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - A minha opinião é absolutamente clara em relação a isso. Se nós separarmos 1999 e agora, nesses últimos anos, houve uma evolução fantástica nos controles, e isso se deve à ANVISA. A ANVISA foi criada e implantou normas e regras. Para o senhor ter uma ideia, hoje, no nosso País, para o senhor poder registrar uma prótese de joelho, uma prótese de quadril, terá que fazer ensaios desse produto ou na Alemanha ou nos Estados Unidos, porque os laboratórios brasileiros, a UFSCAR, a Universidade Federal de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, etc. não têm tecnologia.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - Não está pronto ainda, não é?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - E, portanto, agora objetivamente, a questão que o senhor levanta: os produtos nacionais sim são exatamente iguais aos importados. É *marketing* querer falar que o produto é isto ou aquilo. Não é verdade.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - E o custo é...

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Perdão, só concluindo, porque as matérias-primas que nós utilizamos são todas ASTM e, portanto, o aço que se usa no Brasil se usa nos Estados Unidos e na Alemanha e na China. Não tem diferença. Por quê? Porque é uma mistura de bolo.



O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - E o preço da IOL e da Johnson e tal, que vem dos Estados Unidos e da Alemanha, é muito diferente, não é? O senhor deve ter conhecimento desse mercado. O senhor participa, não é?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Sim, mas aí é uma questão da marca. A marca IOL é a marca IOL, a marca Johnson & Johnson é a marca Johnson & Johnson, não dá para... A marca Sintex, enfim.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - O.k. O preço da tabela do SUS com que o senhor está trabalhando, pelo que o senhor disse, mais de 95% da suas vendas é com Tabela SUS, com diferencial para baixo para permitir o lucro do seu distribuidor, que é quem faz o trabalho de campo, e ter lucratividade, e ele poder ir lá e trabalhar na...

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Na ponta, para poder atender a ponta.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - Na ponta, disputar licitação.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Perfeito.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - Esta Tabela SUS é boa em termos de remuneração financeira para a IOL ou para os fabricantes nacionais; ela é satisfatória, ela está compensando, está num preço justo, dando lucratividade e possibilidade até de o senhor fazer desenvolvimento tecnológico. O senhor acabou de dizer isso.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Se a gente voltar um pouquinho no tempo, como o produto é tabelado, no apagar das luzes do Governo FHC, houve um reajuste na tabela do preço SUS. Essa mesma tabela foi reajustada em dezembro de 2012, portanto, 10 anos depois, com índices que não corrigiram a inflação, o IPCA. Não corrigiram. E de lá para cá, obviamente, ela continua...

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - O mesmo preço.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Então, talvez...

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - Mas aumentou muito o volume de vendas, não é? A escala representa. O senhor sabe disso, é seu trabalho. É que é comércio.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Aumentou. Nós tivemos aumento de escala de um lado e do outro lado temos a perspectiva sempre de redução de custo, porque senão a gente efetivamente não sobrevive.



O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - O.k. Agora, especificamente...

Obrigado pelas informações. Acho que é importante a gente saber, um fabricante de produto nacional. O senhor faz joelho, quadril, tudo...

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Depende.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - ...e está dizendo que o produto nacional é bom, que tem preço de competitividade para o mercado. O senhor conhece, se o senhor está há 40 anos no mercado. Eu sou formado médico há 35, mas sou cirurgião geral. Então, o máximo que eu uso é tela de Marlex. No meu ramo não tem muito que inventar. E opero ainda. O senhor conhece esse mercado, que começou pequenininho, na normalidade, e ganhou proporções. E a gente ouviu coisas aqui de arrepiar os cabelos. Ouviu e viu.

O senhor conhece o mercado, essas anormalidades do mercado, os concorrentes do senhor que tenham produtos nacionais ou importados, não conhece? O senhor sabe que esse mercado — até porque, se não souber, não fica vivo nele, já teria sido engolido — tem funcionado com anormalidades ou não?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não. Eu não tenho essa informação, Deputado, por uma razão muito simples: o foco inclusive desta CPI está mais onde? Em produtos de buco, em produtos de coluna, em produtos de stent? Esses produtos, como eu disse para o senhor, eu não os fabrico. Portanto, estou fora dessas situações. Os produtos que eu fabrico e comercializo são produtos *commodities*. É o feijão com arroz.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - Mais baratos.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Essa é a minha linha. E se pegar, por exemplo, meu joelho, é um joelho que está no mercado há muitos anos, portanto, altamente já provado, etc., etc. Não tem como fazer negócios com esses produtos, ninguém vai fazê-los.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - A última pergunta: o senhor faz parte da ABRAIDI?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - Não? Então não foi chamado para assinar o acordo setorial que a ABRAIDI está divulgando hoje às 14 horas?



O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não, porque a ABRAIDI é uma associação de distribuidores, e eu não sou, eu sou um fabricante. A minha associação seria a ABIMO.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO - O.K. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Por inversão de inscrição, concedo a palavra ao Deputado Silvio Costa, que inverteu com o Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. José, o senhor sabe, o seu advogado sabe, que mentir na CPI dá cadeia, não é?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Eu já sei.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor demitiu o seu gerente que apareceu no *Fantástico* dizendo que dava toco?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não o demiti.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não demitiu.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Então o senhor é conivente. O senhor está mentindo o tempo todo, eu vou provar. Vou tentar fazer tudo para o senhor sair preso daqui, porque aqui não tem idiota, não. O senhor está mentindo o tempo todo.

O seu gerente apareceu no *Fantástico* dizendo que era possível a sua empresa participar de uma licitação, forjar a licitação. Dizia: "*Bota tubo 13, bota aro 13, bota aro 14*". O senhor estava em casa, o senhor deve ter visto essa reportagem, e o senhor não demitiu o gerente. Então, ou o senhor é refém do gerente ou o senhor é conivente com o gerente. Eu quero que o Relator anote isso aí, que ele não demitiu o gerente. Essa é a primeira coisa. É gravíssimo isto: conivência com safadeza, com roubo.

Segundo, o senhor está pensando que tem algum idiota aqui, para dizer para todo o mundo que não tinha conhecimento de nada? A sua empresa tem 40 anos, o senhor disse que tem 200 fornecedores. Algum fornecedor seu — algum fornecedor seu — apareceu na reportagem do *Fantástico*?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Eu já disse aqui que provavelmente possa ter... pode...



O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não, provavelmente não vale. Eu quero saber do senhor se algum fornecedor seu apareceu?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Deputado... Deputado...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Olha...

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Eu não tenho...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Meu amigo, é sim ou não? Apareceu ou não?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não sei.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não sabe?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não sei. Não sei.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Tudo bem. O senhor disse aqui que esses 200 fornecedores, distribuidores, eram credenciados.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Sim.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor fez algum descredenciamento após a reportagem do *Fantástico*.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não, porque não tenho conhecimento do que eles fizeram lá na frente, Deputado!

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não fez? O senhor não fez nenhum? Não fez?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não. Não.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Então, o mundo pegando fogo, todo o mundo roubando, o senhor sabendo, a Globo denunciando, e o senhor não teve o cuidado de verificar se entre os seus distribuidores havia algum bandido?

Este que está aqui calado, que não vai falar, eu não sei se ele é distribuidor ou se ele é industrial. O senhor o conhece?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não. Não.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor não sabe nem se ele é distribuidor ou industrial?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não. Não.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não sabe. Muito bem.

Então, o senhor disse a segunda coisa grave aqui — grave para o senhor —: que o senhor não descredenciou nenhum distribuidor, mesmo sabendo da



reportagem do *Fantástico*. O seu advogado está ouvindo. Isso também é conivência com roubo. Conivência com roubo! Conivência com roubo!

Diga-me uma coisa: o senhor acha, sinceramente... Sinceramente, o senhor, que deve ter netos, acha que sua empresa sobreviveria durante 40 anos sem participar dessa máfia? O senhor quer me provar isso? Olhe para mim. Eu tenho três netos. O senhor quer que eu acredite nisso? O senhor é capaz de dizer isto na CPI, que há 40 anos o senhor não sabia que tinha safadeza?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Nobre Deputado, eu disse que tinha 40 anos de mercado. Nesses 40 anos de mercado, eu trabalhei 14 anos na Johnson & Johnson.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu não quero saber do seu histórico. O senhor não é candidato a concurso aqui, não.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Mas eu preciso só corrigir.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu quero saber se o senhor não sabia da safadeza. Eu não estou querendo dar um emprego para o senhor não...

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Posso...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu não quero saber o seu currículo, não. O senhor sabia ou não da safadeza?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Eu posso explicar para o senhor...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Veja bem, se chegar alguém aqui à CPI e disser que o senhor sabia, o senhor vai preso.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Tudo bem, Deputado.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor sabia ou não da safadeza?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não!

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não sei e posso explicar para o senhor a questão.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu não quero explicação.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não, não...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu não quero. Eu só quero saber se...

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Fica um monólogo, Deputado. Eu não posso...



O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não pode. Aqui sou eu que estou perguntando. O senhor vai responder o que o senhor puder e o que me interessar.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Mas eu quero responder ao que o senhor me perguntou.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Mas eu não quero ouvir sua resposta. Eu já ouvi. O senhor disse “não”.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não, não é essa.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - É essa. É essa. Está gravado. A não ser que queira consertar. Quer consertar?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não quero consertar nada. Eu só quero dizer ao senhor o seguinte: quando o meu executivo de vendas se posicionou com relação a licitações eu... Eu reitero que, para qualquer empresa neste País vender um parafuso — um parafuso que seja —, ela tem que ter o registro na ANVISA.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu não quero saber disso, não.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Mas não...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor me respeite. Seu Zé — a palavra é minha —, o senhor me respeite. O senhor me respeite.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu tenho 22 anos de vida pública. Fui Vereador de Recife por três mandatos, Deputado Estadual e estou no terceiro de Federal. O senhor me respeite. Não quero saber desse papo, não!

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Mas não é papo! O senhor não me deixa concluir o raciocínio!

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não, eu não quero que conclua. O senhor disse que não conhecia a safadeza. Muito bem. Diga-me uma coisa: o senhor me disse que tem 200 vendedores.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Distribuidores.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Distribuidores. E sua empresa fatura 21 milhões/ano. Eu fiz uma conta. Cada distribuidor, se todo o mundo comprasse, em média seriam 210 mil reais/ano que ele ia comprar para o senhor. Diga-me uma coisa: esses distribuidores seus, todos eles... O senhor pode trazer, primeiro, a relação deles para a CPI?



O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Sim, sem problema.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Segundo, o senhor se compromete aqui na CPI, se algum distribuidor seu estiver envolvido nisso, o senhor topa fazer uma acareação com ele?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Eu tenho que primeiro...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não: topa ou não topa?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Mas como?! O senhor está me colocando numa situação que é hipotética!

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu não quero... Eu quero saber se topa...

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Eu não posso assumir questões hipotéticas. Perdoe-me.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Hipotética, não! Eu quero saber do senhor se o senhor topa fazer... É o seguinte, meu amigo: uma acareação sua com o executivo vai haver, e eu vou pedir. Vai haver uma acareação sua com seu executivo.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Perfeito.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor deve ser refém desse executivo. Eu acho que o senhor o chamou para demiti-lo e ele disse: "*Se me demitir, eu boto você na roda.*" E o senhor afrouxou. Deve ter sido isso. Vai ter uma acareação do senhor com ele aqui!

Eu quero saber o seguinte: topa a acareação?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Se o senhor convocar... Eu estou aqui porque fui convocado. O senhor me convoque e eu estarei aqui.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Primeiro... Aí é a tática. Eu sei que eu posso convocar.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Então!

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - É claro que eu posso, e vou.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Então!

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Mas quero saber se o senhor topa.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Se o senhor me convoca, eu sou obrigado a estar aqui e vou fazê-lo. Por que não?



O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Muito bem. O senhor coloca o sigilo fiscal, telefônico e bancário da sua empresa...

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - O senhor pode fazer o que o senhor quiser com a minha empresa.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Tudo. Não é com a sua empresa, não; é com o senhor também.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Comigo também. Comigo também.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu quero a quebra de sigilo dele, de tudo.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Quer que eu já dê meu CPF? Já dou.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - A gente vai quebrar tudo do gerente dele também.

Diga-me uma coisa: desses 200 fornecedores seus... Quais são os dez maiores compradores seus?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - De cabeça eu não tenho aqui agora. Se o senhor quiser, eu posso conseguir a relação. Isso são documentos oficiais. Eu não vou criar nada porque o senhor está me pedindo hoje para criar amanhã.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor tem um nome, pelo menos, assim... O cara que tem uma indústria, até por uma questão comercial, sabe os cinco maiores compradores. O senhor não sabe?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não é que eu não sei, eu acho que é...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sabe por que o senhor não sabe? Porque dois deles estão na relação do *Fantástico*. E eu tenho aqui. É que o senhor não quer dizer.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não estão. Não estão.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Oi!

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não estão!

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor não diz... Oi!

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não estão!

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Está vendo que eu peguei o senhor na mentira?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não estão!



O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu peguei o senhor na mentira.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não estão.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Vou terminar. O senhor disse, há pouco tempo — preste atenção —, que não sabia que aquele povo do *Fantástico* estava na relação, e agora o senhor está asseverando que eles não estão. Não é isso?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Mas...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não, o senhor disse.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Eu estou dizendo ao senhor...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não, o senhor disse que os seus distribuidores não estão na lista do *Fantástico*. Se a gente descobrir que estão, a gente vai mandar prendê-lo.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Eu não falei isso!

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Falou! Você falou.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Eu não falei isso!

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Então o senhor vai falar o quê?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Eu falei para o senhor que podem estar, sim.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Falou agora?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Já me foi feita essa pergunta anteriormente, se nessa relação, se na minha classificação, nas minhas vendas existia algum distribuidor da... da... do *Fantástico*. Eu disse que é possível que tenha! Eu vendo a um monte de distribuidores. É possível que tenha. E qual é o problema de eu vender a ele? Isso não quer dizer que eu estou conivente com ele. Agora, já também me posicionei que se amanhã me aparece um desses distribuidores que foi condenado aqui ou que foi... obviamente, ele será descredenciado, coisa sobre a qual também já me posicionei. E, por favor, deixe-me só...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente, eu só quero... Eu vou concluir. Eu queria, por favor — vou encaminhar o requerimento —, primeiro, uma acareação do gerente com o proprietário. Quero saber os cinco maiores distribuidores dele — é para ele mandar os cinco maiores — e também, evidentemente, se a gente achar necessário, fazer uma acareação entre os



distribuidores e ele. Terceiro, há um repórter do *Fantástico*, não sei se ele pode aparecer, porque tem a questão do *off* da imprensa. Se V.Exa. entrar no *site* vai ver a entrevista do repórter do *Fantástico* com o gerente dele. É vergonhosa, é nojenta, é nojenta — não há outra palavra, é nojenta — a fala do gerente dele, que não foi demitido. É uma agressão a esta CPI. O senhor se compromete a demitir esse gerente agora?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não, não vou fazê-lo.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não vai, não?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não vou fazê-lo.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Tudo bem, ótimo, estou só perguntando. Não fique nervoso, não.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Eu não estou nervoso.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não demite o gerente? Tudo bem. Até porque a empresa é sua, e o senhor faz o que quiser na sua empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Conclua, Deputado Silvio Costa.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Tudo bem, não demita o gerente.

Então, eu queria, Sr. Presidente, concluir dizendo o seguinte: pegamos mais um peixe na CPI. Tenha a certeza de que, se esta CPI for prorrogada e for mais à frente, esse vai ser preso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado Silvio Costa.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Presidente, eu preciso fazer uma pequena correção, que eu acho fundamental, porque está ligada ao meu gerente, ao meu executivo de vendas

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não, o senhor já fez seu depoimento comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Daqui a pouco. Depois de...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Se for correção me citando, eu quero... Não, deixe-o fazer a correção!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Depois esta Presidência vai dar oportunidade ao senhor.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - O.k., Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - O Deputado João Carlos Bacelar tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, Deputado Geraldo Resende, Sr. Relator, Deputado André Fufuca, Sras. e Srs. Deputados, primeiro eu queria dizer, já que o Sr. Luiz Fidelix, Diretor da Intelimed, usou seu direito constitucional de se manter em silêncio, que entrei com requerimento pedindo a acareação da Intelimed, através do seu representante legal, no caso o Sr. Luiz Fidelix, que veio aqui, com o responsável legal da empresa PROHOSP, Sr. Fernando Sanchis, que já veio aqui — para mim, aquele foi o período mais triste da minha história no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, quando ouvi um médico ortopedista vir aqui fazer o papel que ele fez há 15 dias —, e com a Sra. Nieli de Campos Severo, advogada com militância no Rio Grande do Sul. Então, nós pedimos, em requerimento, a acareação dos três. O requerimento já foi aprovado. Eu só pediria, Sr. Presidente, que a convocação dos três se desse o mais rápido possível.

Em relação ao Sr. José Paulo, estou vendo que ele é um pequeno fabricante. Ele disse que o faturamento da empresa dele é da ordem de 21 milhões de reais/ano, salvo engano.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Exatamente.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Mas o senhor participa de divisão de mercado. A empresa do senhor, pelo que estou vendo, mesmo pequena, participa de divisão de mercado.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Divisão de mercado?

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sim.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Desconheço, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Mas na reportagem aqui o representante do senhor induz a algumas informações serem postas em edital. Isso é divisão de mercado.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Tenha a certeza do seguinte...



O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Espere um segundo, por gentileza. A partir do momento em que ele manipula uma concorrência para que a empresa vença — para isso, basta exigir a inserção no edital de características específicas às quais só o senhor atende — há divisão de mercado.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - É importantíssimo que se diga o seguinte: realmente essas palavras foram ditas. Eu assumo isso como fato, porque ele disse, está escrito e está gravado. Porém, para se vender um parafuso — é o que eu estava tentando explicar —, você precisa ter o registro. E ele falou de questões relacionadas com números ímpares, 11, 13, 15. Se nós pegarmos o meu registro, eu não posso comercializar isso e ninguém vai comprar isso, porque eu não tenho isso no meu registro. Foi uma grande bravata, da qual eu estou sofrendo as consequências. E vou sofrer e vou levar isso adiante. Mas foi bravata! Falou, falou bobagem, eu assumo isso integralmente. Além disso eu não assumo nada, porque não são fatos. Não são fatos!

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Outra pergunta para o senhor: o INMETRO emite alguma certificação do produto que o senhor fabrica?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Os produtos importados são certificados?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Eu só tenho um produto importado, que, sim, é certificado. É o cimento ortopédico.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Quem emite essa certificação?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - No caso, a Argentina, porque o produto é argentino. Então, a ANMAT, agência nacional argentina similar à nossa ANVISA, emite essa certificação.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - E qual é o processo de registro?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Exatamente igual. Eu pego toda a documentação e faço o registro junto à ANVISA.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Existe nessa cidade manutenção desse produto ou assistência técnica?



O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Quem realiza essa manutenção?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não tem manutenção. É um produto que se utiliza para fazer fixação de prótese — prótese de quadril, prótese de joelho.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Existe rastreabilidade?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Existe, sem dúvida.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - E quem monitora?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Nós monitoramos, porque quando nós importamos, temos um código de produto aqui no Brasil, e aí se faz a rastreabilidade. A partir daí, a cada venda efetuada, na nota fiscal vai o volume vendido e o número do lote.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, eu acredito — volto a repetir nesta Comissão, já repeti isso duas vezes, vou repetir pela terceira vez — que o maior problema que nós temos aqui é com as grandes, com as multinacionais.

O senhor, inclusive, representou uma delas durante anos. O senhor disse aqui que trabalhou...

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não, eu trabalhei na Johnson & Johnson por 14 anos. Trabalhei como funcionário.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Então nós precisamos trazer aqui, Sr. Presidente, as multinacionais, porque o indutor do processo de corrupção vem das multinacionais, vem do início do processo.

Estou vendo aqui que ele é um pequeno fabricante ou representa aqui um produto importado, que ele não produz, que ele representa um produto da Argentina, como acabou de dizer. Mas o grande fabricante, esse, sim, tem que estar aqui.

Por isso pedi na última audiência da Comissão a relação de todos os fornecimentos de todas as Secretarias Estaduais. Eu peço que V.Exa., junto com o corpo técnico desta Comissão, dê celeridade ao envio desse requerimento de informação, que foi aprovado na semana passada, para que possamos cruzar esses dados e ver os maiores fabricantes, exportadores, no caso, as grandes multinacionais. Estas, sim, Sr. Presidente, são as indutoras da corrupção. Elas estão



no primeiro elo da cadeia, que dá incentivos comerciais, muitas vezes, fora da condição do mercado. Se pagam comissão ao médico de 25%, 30%, 40%, é porque a margem do negócio é muito grande ou o produto é muito ruim, feito de forma simulada para tentar, muitas vezes, acabar com a saúde dos brasileiros.

Então, eu peço a V.Exa. que dê maior agilidade ao trâmite desse requerimento para trazermos aqui as grandes multinacionais.

E também, Deputado Dr. João, trazermos alguns hospitais privados brasileiros — citei aqui a Beneficência Portuguesa e V.Exa., que é médico, concordou comigo — para nos explicar o outro lado da cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado, mais uma vez eu gostaria de dizer que todos os requerimentos protocolados no momento adequado estão sendo votados e, logicamente, encaminhados à decisão do Plenário. Nós estamos dando celeridade a todas as medidas que a CPI tem encaminhado. Inclusive, na última sessão foi votado requerimento pedindo informações a todas as Secretarias Estaduais de Saúde. Nós já fizemos a remessa das correspondências e estamos aguardando. Estamos cobrando celeridade.

Nenhum requerimento solicitando a presença de multinacionais até hoje, inclusive esse a que V.Exa. se refere, chegou à Secretaria da Comissão. V.Exa. ainda não o protocolou.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Esse é um segundo passo.

Quero parabenizar V.Exa. pelo pedido de prorrogação desta CPI, que é muito importante para o Brasil, para a saúde brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Além disso, também não houve, até o presente momento, nenhum requerimento convocando ou convidando nenhum hospital a vir a esta CPI. Só foi encaminhado requerimento pedindo documentos desses hospitais. Até agora não foi solicitada a presença de nenhum diretor de hospital.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - O requerimento da Beneficência Portuguesa vai ser o primeiro que vou apresentar, junto com o de alguns outros hospitais privados.

Para terminar, Sr. Presidente, eu queria fazer uma última pergunta ao Sr. José Paulo. O senhor aparenta ser uma pessoa experiente no mercado de órteses e



próteses, pelos muitos anos de experiência na multinacional onde o senhor trabalhou e agora pela sua atividade como pequeno fabricante e distribuidor. Quais são as condições? O senhor poderia explicar a esta Comissão, pela experiência que tem, como é feita a relação comercial dessas grandes multinacionais, muitas vezes até concorrentes do senhor, no mercado brasileiro? Como elas vêm? Como elas atuam aqui? O senhor poderia esclarecer alguma coisa adicional para esta Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Antes da resposta, eu pediria ao Deputado Paulo Foletto que assumisse a Presidência. Eu vou ter que me ausentar, por questão de saúde, durante 30 minutos..

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Mas não vai botar órtese, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Não. *(Risos.)* Ainda não, Deputado Silvio Costa. E vou ter muita precaução antes de usar qualquer tipo de órtese.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Quero parabenizá-lo, Deputado Geraldo Resende, antes da ausência de V.Exa., pelo requerimento de prorrogação da CPI. Foi muito importante. Espero que o Presidente desta Casa acate o requerimento que V.Exa. fez, subscrito por todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Tenho dois convites aqui, e gostaria de saber qual Deputado pode assumir essas duas missões.

Uma missão é representar a Comissão Parlamentar de Inquérito no Guarujá, no dia 16 de julho, no Simpósio das UNIMEDs do Estado de São Paulo, em uma Mesa em que se vai discutir órteses, próteses, materiais especiais e a posição desta Comissão.

O outro convite é da UNIDAS de Belo Horizonte, que solicita a presença de um dos Deputados da Mesa Diretora desta Comissão.

Estou apresentando essas duas situações para os Deputados que tenham interesse em participar.

Passo a Presidência ao Deputado Paulo Foletto e passo a palavra ao depoente, Sr. José Paulo Wincheski, para terminar a sua resposta. A última inscrição é do Deputado Dr. João.

Daqui a pouco eu retornarei, se tudo correr bem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Deputado João Carlos Bacelar, V.Exa. pode ficar à vontade para continuar.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Por gentileza.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - V.Exa. fala da questão da comercialização?

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sim.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - A comercialização está diretamente relacionada com o valor que está envolvido na venda. Quando V.Exa. diz comercialização estamos falando em preço, estamos falando em prazo para pagamento? Por favor, me ajude.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sim. A venda do grande fabricante, da grande multinacional para os distribuidores. Eu queria que o senhor falasse um pouco da sua experiência, porque o senhor já trabalhou em multinacional, o senhor sabe como as coisas acontecem, e pode enriquecer um pouco esta CPI.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Eu trabalhei, sim, como já declinei aqui, na Johnson & Johnson. Na época, eu trabalhei na área de fios de sutura, na Ethicon. Portanto, eu não tinha nenhuma relação com implantes ortopédicos. Eu não participo, não tenho informações de que tipo de comercialização se faz hoje entre a multinacional e os distribuidores. Essas multinacionais importam o produto ou é o distribuidor que importa o produto direto? Ele fez o registro no Brasil, ele detém o registro? Essas questões eu desconheço. Eu não tenho informações.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - O.k., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Tem a palavra o Deputado Dr. João.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Boa tarde, Sr. Presidente.

Eu basicamente fui contemplado com a maioria dos questionamentos feitos à Mesa, mas vou complementar o questionamento do Deputado Silvio Costa. Eu não entendi uma resposta sua. O senhor acabou de dizer, há 2 minutos, que o senhor foi muito prejudicado, que está sofrendo na carne o que o seu gerente, o seu sócio revelou no programa *Fantástico*. O senhor está sofrendo e vai sofrer muito tempo ainda por aquela afirmação, se foi bravata ou se não foi bravata. O que eu não



entendo é o senhor, como dono, como Presidente, não demitir um indivíduo que o está prejudicando, prejudicou e vai prejudicar para o resto da vida. Isso é que eu não consigo entender. É o mesmo questionamento do Deputado Silvio Costa. Se eu tenho uma empresa e tenho um funcionário, meu subordinado, meu empregado, que prejudicou a minha empresa, obviamente, eu vou dispensá-lo, porque ele não serve para trabalhar comigo. A não ser que eu tenha alguma situação, algum rabo muito preso com ele que me impeça de tomar essa atitude.

Foi isso que eu não entendi do senhor. O senhor acabou de dizer que ele o prejudicou e ainda vai prejudicá-lo, mas o senhor vai carregar esse fardo para o resto da vida. E vai carregar esse fardo com esse homem do seu lado? Realmente eu não consigo entender.

Em relação ao Sr. Luiz Souza: se o senhor está calado é porque o senhor...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Ah, não foi feito ainda, não é? Então encerro aqui e espero a posição dele aí.

Era só esse o meu questionamento.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Pois não, Deputado Silvio Costa.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu sei que não há fala reincidente, mas a colocação do Deputado Dr. João — eu fiquei olhando para o semblante do Sr. José — foi profundamente importante neste momento, porque agora, Deputado Dr. João, com o silêncio do Sr. José, ele confessou à CPI que não demite porque é refém do Rodrigo. Eu não tenho dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - O.k.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Porque... Eu vou chegar lá, eu só queria, porque ele não respondeu, ele preferiu ficar calado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Mas essa afirmação V.Exa. já fez, eu estava do seu lado e ouvi.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu sei, mas não é isso, não. Ele preferiu ficar calado e ele não está com liminar. Eu só queria — o seu advogado está meio nervoso já...



O SR. AGENOR GARBUGLIO - Não, em absoluto!

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Mas o senhor não pode falar, pode ficar nervoso. Agora, veja, Sr. José, o senhor poderia, sinceramente, responder, em bom português, por que o senhor não demitiu o Rodrigo? Só isso!

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Eu não o demiti porque eu vou me defender, vou defender a minha companhia, a IOL Implantes, e quero ver provadas quaisquer questões que eu já não tenha declinado nesta reunião. E, portanto, eu não vou demiti-lo, não é o caso de demiti-lo. Ele fez bobagem? Sim. Não vamos entrar mais nesse mérito.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não, vamos entrar!

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Agora, a pessoa... O senhor, amanhã, empresta o carro para uma pessoa, ela bate o caro, comete um crime, o senhor tem que reavaliar os fatos para poder...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Por que não demite esse homem, pelo amor de Deus! Por que não demite esse homem?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Porque ele é um profissional competente.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Ah, muito bem!

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Porque ele... Não...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sabe dar "toco"...

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não, mas o senhor está levando para o outro lado, me perdoe, Deputado. Estamos falando de competência profissional, competência de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Deputado Silvio Costa, deixe que ele responda, para passarmos para as perguntas aqui.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - É, vamos deixar!

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Então, é por essa razão que a gente não o demite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Está bem!

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não tenho por que fazê-lo aqui e agora!

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Quer dizer que o senhor ouviu o seu funcionário no *Fantástico* dizendo que dá "toco" e acha isso normal.

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Mas não é fato isso, por favor!



O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor não viu a imagem do seu funcionário lá, mestre?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Como?

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor não viu o seu funcionário no *Fantástico*?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Eu vi.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não tinha a imagem desse homem lá? Seu funcionário?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Vi, vi.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - E o senhor em casa, com a sua mulher lá, viu o cara lá oferecendo “toco”, dizendo que era o tubo 13, tubo 15, tubo 11, e o senhor acha isso normal?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Ele tanto falou bobagem, como eu já reportei aqui...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não é bobagem, não, o nome disso é safadeza!

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Eu já reportei que isso não consta nos meus registros e, portanto, eu não posso...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Como não consta nos seus registros! Que registros? O senhor é da CONFEDERAL?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - O registro junto à ANVISA.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Como assim junto à ANVISA? O que a ANVISA tem a ver com isso? O que a ANVISA tem a ver com isso? Eu estou dizendo que...

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Tem tudo a ver com isso, Deputado.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - ...o senhor viu o seu funcionário...

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Tem tudo a ver.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - ...no *Fantástico* e não demitiu o cara? E o senhor não diz à CPI por que não o demite?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não, não.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Por que o senhor não diz que é refém dele?



O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Porque não sou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Deputado Silvio Costa, deixe-me...

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Como o senhor quer que eu admita algo que não é fato? Por favor! Não é verdade!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Só um minutinho. Deputado Silvio Costa, V.Exa. voltou, eu permiti, vamos deixar o Sr. José Paulo Wincheski responder e a gente encerra.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Tudo bem, Presidente, está bom. Eu só queria reconvocá-lo e fazer a acareação dele com o Rodrigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - O.k., está bem. O senhor tem mais alguma coisa a acrescentar sobre o tema?

O SR. JOSÉ PAULO WINCHESKI - Não, não tenho mais nada. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - O.k. Terminamos as inscrições para o questionamento ao Sr. José Paulo. O Relator, Deputado André Fufuca, vai fazer perguntas ao Sr. Luiz Souza, que vai usar o direito constitucional de permanecer calado.

Eu vou fazer uma inscrição rápida para perguntas ao Sr. Luiz: Deputado Silvio Costa. Anote aí, por favor. Mais alguém? Mais alguém? Não, só o Deputado Silvio Costa.

Com a palavra o Deputado André Fufuca para fazer perguntas ao Sr. Luiz Souza Fidelix.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Qual o seu nome? Qual a sua ocupação? O senhor vai falar aqui, não é?

O SR. LUIZ SOUZA FIDELIX - Vou ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Mas o senhor estava falando até agora. Podia continuar. O senhor conhece a advogada Niele de Campos Severo?

O SR. LUIZ SOUZA FIDELIX - Eu vou exercer meu direito de ficar em silêncio, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - O Sr. Fernando Sanchis?



O SR. LUIZ SOUZA FIDELIX - Eu vou exercer meu direito de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Agora eu pergunto não em relação à sua empresa, mas em relação à empresa dele. O senhor tem conhecimento de que o Sr. Fernando Sanchis tem alguma empresa em Miami?

O SR. LUIZ SOUZA FIDELIX - Eu vou exercer meu direito de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - O senhor conhece a cidade de Canoas?

O SR. LUIZ SOUZA FIDELIX - Eu vou exercer meu direito de ficar em silêncio, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Não, a cidade de Canoas, no Rio Grande do Sul? O senhor. a conhece?

O SR. LUIZ SOUZA FIDELIX - Conheço. É vizinha a Porto Alegre.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Então o senhor conhece. O senhor conhece alguma metalúrgica que produz ou fabrica prótese em Canoas?

O SR. LUIZ SOUZA FIDELIX - Eu vou exercer meu direito de ficar em silêncio, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Mas o senhor conhece?

O SR. LUIZ SOUZA FIDELIX - Eu vou exercer meu direito de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo. O senhor conhece a Ortopedia São José, de Joinville, Santa Catarina?

O SR. LUIZ SOUZA FIDELIX - Eu vou exercer meu direito de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo. O senhor conhece algum caso de superfaturamento ou cirurgia desnecessária no seu Estado?

O SR. LUIZ SOUZA FIDELIX - Eu vou exercer o meu direito de ficar em silêncio, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - A empresa da qual o senhor é diretor-financeiro paga alguma consultoria aos médicos?



O SR. LUIZ SOUZA FIDELIX - Eu vou exercer meu direito de ficar em silêncio, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sr. Presidente, eu tenho aqui quase 30 perguntas, porém o depoente se recusa a responder a qualquer delas, limitando-se a responder apenas o seu nome e a sua profissão.

Por minha vontade, eu acho que aqui nós devemos otimizar o tempo, até porque nós estamos trazendo empresas que se reservam o direito do silêncio, assumindo a culpa com o seu silêncio, porque quem não têm o que temer pode falar, porque tem o direito de responder e de se defender nesta CPI. Por mim, como Relator, eu pediria a dispensa do depoente. Porém, isso fica a cargo não do Relator, mas do Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito.

No meu caso, eu me sinto satisfeito, porque faria as 30 perguntas que tenho à cadeira, e cadeira não fala, quem fala é quem está sentado nela. Mas como o depoente não vai falar, estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Deputado André Fufuca, o seu comportamento é procedente. Eu só queria comunicar ao Sr. Luiz Souza Fidelix e ao seu advogado que na liminar que o Ministro Gilmar Mendes encaminhou a esta CPI ele ressaltou que, com relação aos fatos que não impliquem a autoincriminação, persiste a obrigação de o depoente prestar informações. E, possivelmente, entre as perguntas que o Deputado André Fufuca fez nem todas iriam implicar a autoincriminação. Como ele respondeu da mesma maneira a quase uma dezena de questões, ninguém mais quis se inscrever. O Deputado Silvio Costa...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu me inscrevi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Calma, Deputado Silvio Costa. O Deputado Silvio Costa e o Deputado Dr. João vão fazer perguntas ao Sr. Luiz Souza Fidelix. Eu só pediria que fosse mantido o nível de serenidade, calma e educação, embora feitas as perguntas com incisividade. O mínimo que deve acontecer aqui — o depoente tem o direito constitucional de se manter em silêncio, baseado em liminar —, Deputado Silvio Costa e Deputado Dr. João, é mantermos a serenidade e a calma, mesmo com a incisividade que o tema nos permite fazer as perguntas.



Com a palavra o Deputado Silvio Costa.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente, eu queria, por favor, que V.Exa. me desse uma cópia da liminar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O advogado dele deve saber que desacato a autoridade dá cadeia. E, estando com liminar e tudo, vou tentar usar este Regimento aqui e a Constituição para ele sair daqui preso. Porque para mim ele já é culpado. O cara que chega aqui com liminar deveria sair daqui direto para a cadeia. Eu disse ao ex-Senador Demóstenes Torres na CPI que o silêncio dele era a mais alta e a mais eloquente confissão de culpa. V.Exa. leu uma coisa muito interessante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Está na última página, Deputado. Está grifado de amarelo.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Na última página. A ressalva. Srs. membros da CPI, Sr. Relator, eu vou ler aqui. Está em letras garrafais o que afirmou o Ministro Gilmar Mendes. Eu vou fazer três perguntas. Se ele não responder, eu vou pedir a prisão dele aqui e agora. E eu quero que a CPI acate, baseado na Constituição da República. Preste atenção e pegue a Constituição aí. Ouça o que ele está dizendo. Quero que o senhor, que é advogado dele, preste atenção:

“Ressalvo, porém, que, com relação aos fatos que não impliquem autoincriminação, persiste a obrigação de o depoente prestar informações.”

Está claro, Sr. Presidente? Então eu vou fazer algumas perguntas. Se ele não responder, estará desrespeitando a CPI e imediatamente eu vou pedir a sua prisão. E quero que V.Exa. acate o pedido, com base na Constituição. Vou ler para ficar gravado. Ressalvo, porém, Sr. Presidente... Olha o advogado dele ali. Eu quero que... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Perfeitamente. Eu estou ouvindo aqui os consultores jurídicos, Deputado Silvio Costa, que estão me dizendo que ele tem a obrigação — a nossa advogada está me dizendo — de responder quanto à sua identificação. E o juízo se é autoincriminação ou não é do advogado dele.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não, por favor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Só para esclarecer.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Mas ele desacatou o Relator. O Relator fez perguntas que ele tinha obrigação de responder, e ele afirmou que ia ficar calado. Não é assim, não! Ele vai falar! Cadê o microfone?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Está ligado. O seu microfone está ligado.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Aí é de lascar. É treinador demais.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Não precisa, não, Deputado Silvio Costa.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não, eu quero que o Presidente escute, porque essa decisão, a rigor, vai depender dele. Amigo velho, só por desacatar V.Exa. ele já está preso.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Ele não me desacatou.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Desacatou. Eu vou provar que desacatou. Eu vou provar aqui, agora, companheiro. Vou provar. Vou repetir mais uma vez. Ele só pode deixar de responder se houver o risco de se autoincriminar, certo?

O Sr. Relator fez a primeira pergunta a ele: *“Como é seu nome completo?”* Sabe qual foi a resposta dele? *“Eu me reservo o direito de ficar calado”*. Está aí.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Não, isso ele respondeu.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Vamos apostar que se pegar o que V.Exa. perguntou veremos coisas que ele poderia responder que não iriam autoincriminá-lo, e ele não respondeu? Se V.Exa. quiser pegar as notas taquigráficas...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Deputado Silvio Costa, com todo o respeito que tenho a V.Exa., resume-se ao depoente. Quem está depondo aqui é ele, não sou eu.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não, eu não estou dizendo que V.Exa. está depondo, não. V.Exa. está apenas questionando uma afirmação que eu estou fazendo. Eu estou, pelo contrário, protegendo a CPI e V.Exa.

Eu quero que o senhor responda para mim como é o nome completo da sua empresa.



O SR. LUIZ SOUZA FIDELIX - Intelimed Comércio e Representações Ltda.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Está vendo como o senhor vai falar?

A sua empresa fica onde?

O SR. LUIZ SOUZA FIDELIX - Eu vou ficar em silêncio, Deputado.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Vai ficar em silêncio? *(Pausa.)*

Sr. Presidente, o senhor não pode dar o direito ao advogado de falar. Ele não está no júri, não. Isso aqui não é o Poder Judiciário, não!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Deputado Silvio Costa, calma.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu estou calmo. Quem não está calmo aqui é o advogado dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Eu pedi, quando assumi, que tivéssemos serenidade e educação.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu estou sereno. Uma coisa é falar alto, outra é serenidade. Estou sereníssimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - O advogado só está me perguntando se nós estamos dando ao Sr. Luiz Souza Fidelix o mesmo tratamento que nós demos às outras pessoas. Eu estou presidindo pela segunda vez a reunião. No outro momento em que eu presidi, nós não tínhamos uma situação dessa posta. Ao receber a informação dos consultores, eu li a observação de que o Sr. Luiz Souza Fidelix pode responder o que não o incriminar, o que eu acho que é bom para ele. E o Deputado está utilizando essa observação jurídica de que o senhor tem conhecimento.

O SR. GUILHERME RODRIGUES ABRÃO - Sr. Presidente, quero apenas que se dê o mesmo tratamento dado aos demais. Não questiono a atividade de cada um, apenas quero o mesmo tratamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Sim, o tratamento tem sido o mesmo.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente, eu nunca vi uma CPI como esta, com advogado usando o microfone para responder. Que coisa é essa? Onde é que nós estamos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Está o.k.



O SR. GUILHERME RODRIGUES ABRÃO - O nobre Relator teve consideração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Eu não estou fazendo nenhum procedimento...

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Advogado não pode falar, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Calma. Calma.

Fale com o Luiz, e o Luiz nos responde.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Advogado não pode falar, não.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Presidente, tenha paciência!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Eu tenho paciência. Se há uma coisa que eu tenho é paciência. Nós estamos na maior tranquilidade, deixando o direito constitucional que ele tem, mas também o direito que o Deputado Silvio Costa tem de fazer as perguntas, e ele de respondê-las ou não. Vamos nos balizar. Deputado Silvio, V.Exa. quer continuar fazendo as perguntas, e ele dizendo se vai responder ou não?

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Claro!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - É nessa que nós vamos ficar daqui para diante, senão a coisa não anda.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Presidente, por favor. Tomaram-me o tempo aí. Meu objetivo é prender esse homem. Eu estou dizendo claro. Doutora, traga a Constituição. Veja bem, enquanto não prendermos um bandido aqui, esta CPI não vai a lugar nenhum. V.Exa. é um homem sério, eu conheço a sua história. Só tem gente séria nesta CPI. Isso não pode continuar desse jeito. Os caras vêm para cá, com a maior cara de pau do mundo, mentir o tempo todo, e nós temos que aguentar isso? Nós temos que respeitar o povo do Brasil!

Eu quero perguntar: o senhor tem sócios?

O SR. LUIZ SOUZA FIDELIX - Eu vou usar o meu direito de silêncio.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O direito de silêncio. O senhor pediu a liminar por quê?

O SR. LUIZ SOUZA FIDELIX - Eu vou usar o meu direito de silêncio.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O senhor sabe que, se o senhor me responder... O senhor sabe que se o senhor me responder que a sua empresa... O



senhor acha que a sua empresa, sinceramente... O senhor pode responder a isso para defender a sua empresa. Eu tenho certeza de que o senhor vai defender a sua empresa. O senhor vai defender a sua empresa. O senhor acha que a sua empresa é culpada nisso? Se o senhor ficar em silêncio, ela é culpada. Veja bem, o seu advogado está de lado. Se o senhor ficar em silêncio, eu estou entendendo como uma confissão de culpa. Eu estou dando a oportunidade de o senhor dizer que a sua empresa não é culpada. O senhor acha que a... Vou repetir: o senhor acha que a sua empresa tem culpa nessa quadrilha das órteses?

O SR. LUIZ SOUZA FIDELIX - Eu vou usar o meu direito de ficar em silêncio, Deputado.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O.k.

Então, Presidente, baseado... Cadê o artigo, doutora? *(Pausa.)* Olha, Presidente, o que diz o art. 331 aqui. *(Pausa.)* Bom, é o seguinte, Presidente, a decisão é sua, e, se V.Exa. disser o contrário, eu vou recorrer. Isto aqui é o Código Penal: *“Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela”*. Nós não somos funcionários públicos, o.k.? Política não é profissão, política é representação, o.k.? Mas nós somos autoridades. O Ministro Gilmar Mendes não pode ser desrespeitado aqui. Eu estou em socorro do Ministro Gilmar Mendes. Na medida em que o Ministro Gilmar diz que ele está liberado para responder àquilo que não o incrimina, e o advogado dele diz que ele fique calado, isso é um enfrentamento à CPI. Isso é uma confissão de culpa. Se isso é confissão de culpa e enfrentamento à CPI, a CPI tem o direito, sim, de dar ordem de prisão. Por quê? Quando é que uma CPI — doutora, a senhora sabe disso — pode dar ordem de prisão? Os advogados sabem disso. Quando a CPI pega um depoente na mentira. Então, ele está mentindo aqui. Nós temos argumentos para prendê-lo, sim. Eu queria que V.Exa. decretasse a prisão dele. E o advogado dele que se vire e vá ao Supremo para soltá-lo. Ele desacatou a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Deputado Silvio Costa, respeitando e sabendo da impetuosidade do mandato de V.Exa., não só aqui, mas também no plenário, na página anterior, que eu lhe entreguei... O senhor repetiu e utilizou aquela observação do Ministro Gilmar Mendes. Na página anterior, ele diz o seguinte: *“(...) assegurando-se-lhe o direito de não assinar termo de compromisso*



na qualidade de testemunha (i), bem como dispense-o de responder eventuais perguntas que impliquem autoincriminação (ii)” — o que já está repetido — “e, ainda, para que não sejam adotadas quaisquer medidas restritivas de direitos ou privativas de liberdade, como consequência do direito de não produzir provas contra si próprio (iii).” A minha avaliação é que, nas respostas que ele nos deu, de identificação de empresa, dele próprio, dando o nome, o que lhe foi perguntado com identificação, ele o fez, e, por orientação do seu advogado, se utilizou do direito de silêncio, que tem, constitucional e por liminar, quando ele achava, avaliava. E essa avaliação é dele. Podemos até discordar dela. Eu entendo que ele usou o direito constitucional e por liminar, quando assim por bem o fez. Por isso, não vou aceitar a orientação de V.Exa. de decretar a prisão.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não é orientação, é um pedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Não vou aceitar o pedido de V.Exa.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Então, vamos fazer uma coisa? Tudo bem, vamos debater um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Eu gostaria que V.Exa...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Só debater um pouco, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Não. Eu acho que já ocupamos bastante espaço, já fechamos a questão...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu queria que V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - ...as suas perguntas. Eu tenho tranquilidade e serenidade.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Peça à assessoria da Câmara, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Eu tenho o Deputado Dr. João e o Deputado Mandetta...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Peça à assessoria da Câmara o Regimento, que trata de CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Enquanto o Dr. João e o Deputado Mandetta estiverem fazendo as perguntas, eu peço orientação.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O.k. Pronto! É isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - O.k.? Beleza?

Deputado Dr. João, com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Sr. Luiz, eu vou lhe fazer quatro perguntas, que não o vão incriminar em nada. Qual o seu nome?

O SR. LUIZ SOUZA FIDELIX - Luiz Souza Fidelix.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Data do seu nascimento?

O SR. LUIZ SOUZA FIDELIX - Dois de outubro de 1955.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - O senhor tem filhos?

O SR. LUIZ SOUZA FIDELIX - Dois filhos.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Dois filhos. A quarta pergunta vai se desdobrar em duas: o senhor teve conhecimento da reportagem do *Fantástico* em que apareceu a sua firma?

O SR. LUIZ SOUZA FIDELIX - Tive conhecimento.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Teve conhecimento. O senhor conhece aquela pessoa que apareceu no *Fantástico* pedindo propina em nome da sua firma? Conhece essa pessoa?

O SR. LUIZ SOUZA FIDELIX - Vou exercer o meu direito de silêncio.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Essa pessoa que ele nega dizer que conhece é o irmão dele.

Sr. Presidente, eu vou fazer o pedido de quebra de sigilo telefônico e bancário da pessoa física dele e da firma dele. Vou pedir também a quebra de sigilo telefônico e bancário do Sr. Rodrigo, seu gerente. Estarei fazendo esse requerimento e dando-lhe entrada aqui na CPI: da quebra do sigilo telefônico do Rodrigo, da pessoa do Sr. Luiz Souza e da firma dele, o telefônico e o bancário.

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Com a palavra o Deputado Walney Rocha.

O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA - Na semana passada, nós já aprovamos um requerimento aqui nesta CPI pedindo a quebra do sigilo bancário,



fiscal, telefônico, telemático e de correio eletrônico do Sr. Luiz Souza Fidelix. Eu só queria orientar que já pedimos isso na semana passada e foi aprovado em sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Então, eu subscrevo esse pedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - O.k.

Deputado Mandetta, por favor!

O SR. DEPUTADO MANDETTA - É nessa mesma linha. É um direito naquilo que se entende como autoincriminação. Aí cabe a quem está conduzindo o inquérito, a quem está tentando chegar à verdade utilizar os meios que a lei nos dá, para podermos extrair, por vias indiretas, as perguntas que foram feitas diretamente ao Sr. Luiz.

Então, a quebra do sigilo telefônico, fiscal, bancário, no caso em tela, poderia estender-se aos sócios, porque nós vamos requerer qual é, na Junta Comercial, a sociedade ora existente. Ela poderia estender-se aos representantes comerciais da firma, porque sabemos que quem faz a interface são os funcionários que estão na ponta: a quebra dos seus sigilos telefônicos, bancários e fiscais. E, se restarem fortes indícios, ela poderia estender-se aos prestadores que tomaram, que se relacionaram diretamente com essas firmas. Aí é o cruzamento, que era o que eu gostaria de solicitar, para quais hospitais e cirurgias foram retiradas notas fiscais desta empresa, cruzando com quais foram os serviços que se utilizaram dessas órteses e próteses, para que possamos, através de ações indiretas, avaliar a eventual ilegalidade nesse relacionamento.

Então, não seria a quebra do sigilo somente desses personagens, mas de toda a cadeia comercial que os cerca, tanto no polo de venda quanto no polo de compra de todos os produtos, tanto da Intelimed quanto da IOL.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Deputado Mandetta, já repetimos isso aqui. Quando formos pedir a quebra de sigilo de qualquer um que seja, nós temos que ter o CPF e o nome.

Quer dizer, fica a recomendação do Deputado Mandetta para que a Inteligência que está nos assessorando faça isso, para que possamos avançar.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Com o requerimento à Junta Comercial do endereço...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Isso. A turma aqui já está bem acostumada.

Eu pergunto aos colegas Deputados se basta. Eu acho que...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Deputado Silvio, eu vou dar a palavra a V.Exa., mas nós temos quase dez Deputados aqui. Tranquilo, Comissão? Estão satisfeitos? Fica V.Exa. com o direito a mais uma pergunta.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Muito obrigado. V.Exa. vai ser Governador do Espírito Santo. V.Exa. é muito educado, craque. Deixe-me dizer uma coisa: Deputado Paulo Foletto, V.Exa. conhece seu irmão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Se eu conheço quem?

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - O seu irmão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Claro. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Pronto. Pois eu vou dizer a V.Exa.: nesta CPI, aqui para nós, cabe tudo. Esse homem acaba de dizer... Temos que fazer uma lei, Deputado Mandetta, temos que fazer uma lei. Quem apareceu no *Fantástico* foi o irmão desse cara aí, desse homem aí, o Dr. Luiz Souza. O irmão dele apareceu no *Fantástico*, Deputado Dr. João! Aí o cara pergunta: você conhece Fulano de Tal? Pergunta se conhece o irmão. Aí o cabra diz que não conhece o irmão. E o Poder Judiciário engessa a CPI desse jeito. Eu acho que, lá nos Estados Unidos, se mente na CPI, o cara vai preso na hora. Nós temos que fazer uma lei aqui. Desta CPI, se não sair nada, tem que sair pelo menos uma lei, para evitar cenas desagradáveis como essas, cínicas.

O senhor é um bandido!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Deputado Silvio, vamos manter o nível de...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não, não, não. Eu estou no nível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Vamos manter um nível de educação.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - A minha fala, companheiro... A minha fala...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Gostaria que V.Exa...



O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Meu Presidente, a minha fala pertence a mim. Eu tenho inclusive imunidade parlamentar. Eu não estou preocupado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Aqui na condução eu me dou o direito de pedir serenidade, como já o fiz.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Então, eu vou chamar — bandido! — mais baixo. Pronto! O senhor está desacatando o País. Está desacatando as famílias em que a sua empresa colocou órtese. Deve ter matado gente. Eu não tenho outro nome para o senhor que não seja este: bandido. Aí chega aqui, com a Constituição debaixo do braço, fica calado, provoca a gente, diz que não conhece o seu irmão. Mas eu confio na Polícia Federal do meu País. Eu confio no Ministério Público Federal do meu País. Eu confio no Poder Judiciário do meu País. E, se Deus quiser, e Deus vai querer, eu vou vê-lo preso, porque você — eu não vou nem chamá-lo de senhor, mas de você mesmo — é malandro. Você é um malandro!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Deputado Silvio...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu vou terminar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Da mesma maneira que eu fiz a observação para V.Exa...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Não, eu vou terminar. Eu vou terminar. Porque o silêncio dele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - *“O Estado está vinculado ao dever de respeito e proteção do indivíduo contra exposição a ofensas”.*

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Certo. Tudo bem. Eu estou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Eu acho que V.Exa. já se fez esclarecer, no seu posicionamento.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Eu o estou respeitando no mesmo tom que ele respeitou a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Eu gostaria que V.Exa. encerasse.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Vou encerrar. Ele vai chegar amanhã para os parceiros dele e dizer: *“Ah, fui lá, desmoralizei, levei uma liminar! Consiga uma liminar também, para desmoralizar esta CPI”.*

Então, se Deus quiser, você vai ser preso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Eu quero agradecer aos nossos dois convocados os depoimentos. Nós vamos passar para uma sessão de deliberação de requerimentos. Agradeço a presença. Os senhores estão dispensados.

Deliberação de requerimentos.

Informo que foram pautados todos os requerimentos apresentados até ontem, dia 9 de junho.

Item 1. Requerimento nº 128, de 2015, do Deputado Hugo Leal, que *“requer seja convidado o ex-Secretário de Saúde do Distrito Federal Sr. Rafael Barbosa, para ser ouvido na Comissão Parlamentar de Inquérito — Máfia das Órteses e Próteses no Brasil”*.

Consulto os Srs. Deputados se alguém deseja encaminhar a matéria.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Encaminhar como, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - São requerimentos.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Encaminhar como?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Fazer alguma observação.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Eu queria colocar a posição contrária.

Se for entrar em debate, eu queria falar contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Sim.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Pode-se usar a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Em discussão.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Como ele não está aqui, retire o requerimento de pauta, para quando estiver presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Eu o retiro de ofício.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Sr. Presidente, V.Exa. me perdoe. Eu não estava atento. Não estou entendendo. V.Exa. poderia repetir?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - O Deputado Hugo Leal convidou o ex-Secretário de Saúde do Governo do Distrito Federal Sr. Rafael Barbosa para ser ouvido. O Deputado Hugo Leal não se encontra presente. O Deputado Jorge Solla queria discutir a matéria, mas eu vou retirar o requerimento de pauta de ofício.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Eu posso subscrevê-lo, Sr. Presidente.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sr. Presidente, vamos fazer a retirada, até porque o autor do requerimento não está aqui para defendê-lo. Então, nós não sabemos quais os argumentos necessários para fazer essa convocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Eu vou retirá-lo de ofício, para respeitar...

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Sr. Presidente, eu o estou subscrevendo, porque a informação que nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - O Deputado Mandetta o subscreve.

Então, eu o coloco à apreciação.

Com a palavra o Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Sr. Presidente, o requerimento apresentado pelo Deputado Hugo Leal para que seja convidado o ex-Secretário de Saúde do Distrito Federal Dr. Rafael Barbosa para vir a esta Comissão está pautado numa matéria que saiu num meio de comunicação, num *blog*, dizendo que foram encontradas quantidades de próteses hospitalares em hospitais do DF que dariam para abastecer a rede por mais de 50 anos.

A matéria é tão descabida e tão sem fundamento que eu trouxe aqui e queria passar à mão do Presidente e do Relator a execução orçamentária do Governo do Distrito Federal da atual gestão. O Dr. Rafael foi Secretário até o primeiro semestre do ano passado; nem concluiu a gestão passada. A atual gestão, de uma dotação orçamentária de mais de 37 milhões — 37 milhões e 48 mil reais — para aquisição de órteses, já executou, em apenas 5 meses, 28 milhões e meio de reais.

Não consigo entender como alguém encontra órteses guardadas para 50 anos e executa mais de 70% do orçamento anual para aquisição de outras órteses em apenas 4 meses.

Eu acho que nós estamos aqui para aprofundar o conhecimento, a apuração, com vistas a criar mecanismos legais para inibir, coibir e impedir situações como as que temos encontrado aqui e que têm sido denunciadas. Este aqui não é espaço para fazer disputa político-partidária.



Eu acho que cabe ao Governo atual, à atual gestão do Distrito Federal qualquer medida que julgar deva proceder em relação à gestão passada, e eu não gostaria que trouxéssemos para cá uma disputa partidarizando o espaço desta CPI.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Vou conceder a palavra ao Relator para uma questão de ordem e, depois, ao Deputado Odorico.

Com a palavra o Deputado André Fufuca.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sr. Presidente, nós já temos aqui vários requerimentos de informação e vários requerimentos de convocação também. Nós sabemos que as autoridades competentes estão averiguando esse caso. Nós iremos trazer um Secretário aqui por uma questão política, enquanto várias empresas e várias pessoas têm que vir a esta Comissão e não vieram? O que faremos com elas?

Então, no meu ponto de vista, até porque nós devemos trabalhar com o prazo regimental, independente de haver ou não a questão da prorrogação da CPI, nós devemos trabalhar em relação ao objeto. Isso se afasta um pouco do objeto. Eu posso dizer que, caso a CPI seja prorrogada, nós teremos mais tempo e poderemos voltar a averiguar a questão da convocação desse Secretário. Porém, no tempo regimental que temos e nas obrigações que iremos ter até o dia 17 de julho, eu acho esse requerimento descabido para o momento que estamos vivendo.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Só quero deixar registrado, Sr. Presidente, que eu vi essa matéria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Eu também vi a matéria.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - ...na *TV Globo*, no *DFTV*, e eu não sei nem de que partido é a pessoa. Não tenho noção de que partido político.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - O.k., Deputado Mandetta.

Com a palavra o Deputado Odorico Monteiro.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Eu queria reforçar, como Relator-Adjunto...

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Mais 50 anos de órteses e próteses, a pessoa que disse isso... É meio século.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Deixe-me só fazer um esclarecimento, Deputado Mandetta e Deputado Odorico, para adiantar. Eu vou encaminhar o documento que o Deputado Jorge Solla me trouxe ao Deputado Hugo Leal e pedir a ele que venha aqui na semana que vem argumentar, até porque o Deputado Mandetta o subscreveu, para tranquilizar todo o mundo. Não vejo nenhum problema em a Comissão trazer o requerimento de volta na semana que vem. Vou encaminhar o documento ao Deputado Hugo Leal, vou pessoalmente falar com ele sobre a discussão de hoje e vou pedir-lhe que venha argumentar. Acho, pessoalmente, que há justificativa na convocação. Essa é uma opinião pessoal. Não vou me isentar de colocá-lo, mas hoje vou retirá-lo de ofício, o.k.? Eu vou até aceitar a opinião do Relator e do Relator-Adjunto.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sr. Presidente, quero usar a palavra só para terminar o que eu tinha começado a falar. O objeto, o qual acabou por dar detrimento a esse requerimento, tem razões suficientes para isso, mas eu volto a dizer que nós temos um prazo regimental a cumprir.

Então, eu peço a V.Exa. que postergue esse requerimento para que o autor possa dizer quais foram os argumentos necessários para que, caso haja postergação, nós possamos, sim, averiguá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Farei isso.

Com a palavra o Deputado Odorico Monteiro.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Eu só queria reforçar o argumento do Relator-Adjunto e o argumento do Deputado Jorge Solla: vai fugir um pouco do foco da CPI. Nós temos inclusive visitas a fazer fora, ao Rio Grande do Sul, possivelmente a Minas Gerais. Essa é uma matéria que, na realidade, tem o controle externo do Município para apurar; foge ao escopo e ao objeto da CPI.

Eu já conversei pessoalmente com o Deputado Hugo Leal e senti nele receptividade em rever a possibilidade desse requerimento, em função do caminhar da CPI.

Então, eu quero reforçar isso aí. Acho que não vai acrescentar nada à CPI, neste momento, essa convocatória, que, por si só, tem um componente político de disputa no DF. E não se pode trazer essa disputa política para a CPI, porque isso em nada não vai ajudar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Eu vou aceitar os argumentos do Deputado Jorge, do Deputado Odorico e, principalmente, do Relator, Deputado André Fufuca. Peço desculpas ao Deputado Mandetta, mas vou proceder dessa maneira. Eu vou encaminhar o documento ao Deputado Hugo Leal, e voltaremos a discutir a matéria na semana que vem.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Eu acho que isso foi bem encaminhado aqui. Ela ia ser retirada por ausência do requerente. Eu a subscrevi em função de ter visto uma matéria que me chamou a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Fica contemplado dessa maneira que eu agi?

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Ao autor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - O.k. Eu vou encaminhar.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Que ele se posicione.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Item 2. Requerimento nº 131, de 2015, do Deputado Aureo, que *“requer seja convocada a representante da empresa Technicare Instrumental Cirúrgico, suspeita de envolvimento no esquema de desvio de recursos da área da saúde, denominado “Máfia das Órteses e Próteses”*.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Sr. Presidente, na ausência do Deputado, eu o subscrevo, mencionando a responsável pela firma, Sra. Terezinha Farag de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - O.k.

O SR. DEPUTADO JUSCELINO FILHO - Sr. Presidente, eu queria me manifestar contrário ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - O.k., Deputado.

O SR. DEPUTADO JUSCELINO FILHO - O autor também não está presente para explicar melhor o requerimento. O que estou sabendo é que foi baseado em matéria de jornal no sentido de que houve uso de próteses na coluna e uma das próteses quebrou e que o médico está processando não só essa empresa, como também a empresa alemã das próteses. Eu gostaria que o autor estivesse presente para explicar o requerimento. Era só isso.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sr. Presidente, eu acho interessante que os autores estejam presentes, até porque aprovarmos requerimentos sem o menor cabimento acaba por comprometer o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Então, eu o retiro de ofício, adotando o mesmo comportamento do requerimento anterior.

Item 3. Requerimento nº 138, de 2015, do Deputado João Carlos Bacelar, que *“requer quebra de sigilo bancário, fiscal e telemático das pessoas abaixo relacionadas”*: Nieli de Campos, com o respectivo CPF; Alfredo Sanchis Gritsch, com o respectivo CPF; Nílvio de Campos Severo, com o número do CRM; e Fernando Gritsch Sanchis, com o número do CPF.

Em votação o requerimento. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Sr. Presidente, só para conhecimento: essas pessoas são empresárias?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Fernando já esteve aqui prestando depoimento; Nílvio é médico; Niele é aquela advogada que foi uma das grandes artífices das liminares; Alfredo é irmão do Fernando — deve ser dono da empresa.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Deputado Jorge, os quatro fazem parte das duas empresas — a advogada e o Dr. Fernando Sanchis.

O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA - Sr. Presidente, o critério: vai ser com a presença do autor do requerimento ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Não. Quando houver discordância, eu vou respeitar até o pedido dos companheiros, que venham aqui à CPI.

O SR. DEPUTADO WALNEY ROCHA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Aprovado o item 3.

Item 4. Requerimento nº 139, de 2015, do Deputado João Carlos Bacelar, que *“requer sejam convocadas as pessoas elencadas, para prestarem esclarecimentos no âmbito desta CPI”*: Nieli de Campos Severo, Alfredo Sanchis Gritsch e Nílvio de Campos Severo.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Eu o subscrevo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - O Deputado Dr. João o subscreve.

Em votação o requerimento. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 5. Requerimento nº 140, de 2015, do Deputado João Carlos Bacelar, que *“requer a quebra do sigilo bancário, telefônico e mensagens eletrônicas da Dra. Niele de Campos Severo”*.

Em votação o requerimento, com subscrição...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Antes ele estava pedindo para virem depor, estarem aqui para fazer depoimento. *(Pausa.)* Ah, ele inclui aqui o telefônico! Nesse requerimento, ele está incluindo o telefônico, que faltou no outro. Poderia ter acrescentado ao outro.

Em votação. *(Pausa.)*

Como não há nenhuma manifestação contrária, aprovado.

Item 6. Requerimento nº 141, de 2015, do Deputado Jorge Solla, que *“requer notas fiscais e informações da empresa HEMOCAT Comércio e Importação Ltda., de Salvador (BA)”*.

Em votação o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo nenhuma discordância, aprovado.

Item 7. Requerimento nº 142, de 2015, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que *“requer quebra de sigilo para averiguação de irregularidades”*. Ele só diz quebra de sigilo das empresas Osteocare — Serviços Médicos, Locação e Representação Ltda., com CNPJ aqui, e das fornecedoras Fusão, de que o CNPJ também consta do requerimento, e Mega Surgical, também com CNPJ aqui registrado.

Em votação o requerimento.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Deixe-me ver no pedido original.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sr. Presidente, com a ausência do autor e o requerimento prejudicado até pela falta de objeto, V.Exa. poderia usar o mesmo...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Eu só vou dar uma olhada, Sr. Relator. *“Nos termos das disposições regimentais, requeiro a quebra de sigilo das empresas (...)”* O autor não cita o tipo de sigilo.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Justificativa: *“Diante das evidências trazidas à Comissão durante este e outros depoimentos, solicito a quebra de sigilo bancário das empresas citadas acima para averiguação de possíveis repasses oriundos das empresas fornecedoras de equipamentos médicos à empresa do médico responsável pela intervenção cirúrgica.”*

Há lógica no requerimento do Deputado Adelmo. Na justificativa, ele explica. Em votação o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo manifestação contrária, aprovado.

Item 8. Requerimento nº 143, de 2015, do Deputado Nelson Marchezan Junior, que *“requer seja solicitado o compartilhamento, por intermédio de cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, do inquérito aberto em razão da Operação Desiderato, em parceria com o Ministério Público Federal”*.

Em votação o requerimento. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 9. Requerimento nº 144, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, que *“requer seja convidado o Senhor Procurador da República em Montes Claros, o Dr. André Vasconcelos Dias”*.

Em votação o requerimento. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 10. Requerimento nº 145, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, que *“requer seja convidado o Senhor Juiz Federal da 2ª Vara Federal de Montes Claros, o Dr. Jeferson Ferreira Rodrigues”*.

Só para esclarecimento — eu não sei se estavam todos aqui ontem —, a Deputada Raquel Muniz, que é de Montes Claros, fomentou essa discussão, porque, em Montes Claros, há uma situação de anormalidade voltada para a questão de órteses e próteses. A informação que eu tenho é que parece que o esposo dela é Prefeito da cidade e que passou por maus momentos, tendo que custear órteses e



próteses. Então, por sugestão da Deputada Raquel, a CPI irá a Montes Claros. Esse é só um esclarecimento para quem, porventura, não esteja acompanhando.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - E essa Operação Desiderato, sobre próteses cardíacas, é em Montes Claros?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Exatamente.

Está claro? (Pausa.)

Em votação. (Pausa.)

Aprovado.

Item 11. Requerimento nº 146, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, que *“requer seja convidado o Senhor Delegado Dr. Marcelo Eduardo Freitas, Chefe da Delegacia da Polícia Federal em Montes Claros-MG”*.

Em votação. (Pausa.)

Aprovado.

Item 12. Requerimento nº 147, de 2015, do Deputado Dr. João, que *“requer da Direção do Hospital Federal dos Servidores do Estado (RJ) a relação da compra de órteses e próteses no período entre 2010 e 2014, da parte do hospital, dentre outras providências”*.

Em votação o requerimento. (Pausa.)

Aprovado.

Item 13. Requerimento nº 148, de 2015, do Deputado Dr. João...

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Como eu não estou afeito a CPIs, quando se coloca “dentre outras providências”, se está aprovando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Está na justificativa do pedido.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - É só para aprender mesmo, porque não conheço nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Eu acho que, para economia de tempo aqui na aprovação dos requerimentos, o Dr. João pede a relação integral da compra de órteses e próteses no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2014, da parte do HFB, na qual constem os nomes dos fornecedores, dos pacientes que receberam próteses ou órteses, bem como os nomes dos médicos que os operaram.



O Deputado Dr. João, ontem, trouxe um esclarecimento. Ele fez uma investigação nos hospitais públicos federais do Rio de Janeiro. Os absurdos são, assim, de levantar múmia do sarcófago.

Quer esclarecer, Deputado Dr. João?

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Sr. Presidente, eu estou com a documentação aqui, que vou repassar para a Presidência. Nos seis hospitais federais do Rio de Janeiro, 90% de todo o material de órtese, principalmente — não levantei ainda ortopédico; só de mama, marca-passo e prótese vascular —, não têm o nome, na saída do almoxarifado, do paciente. Somente 10% têm o número do prontuário e o nome do paciente. Então, não se sabe para onde foi essa prótese.

Os dois diretores estiveram aqui na semana passada e mentiram, dizendo que está tudo certinho. Eu tenho um relatório do DENASUS. Essa denúncia foi feita, em 2012, pelo *RJTV*, do Rio de Janeiro. O chefe, o diretor, o coordenador, o gestor dos hospitais federais do Rio de Janeiro montou uma comissão. Segundo essa comissão feita por ele, estava tudo zero a zero, sem nenhum problema. O Ministério, não satisfeito, pediu que o DENASUS fosse lá e fizesse essa vistoria. O DENASUS fez uma vistoria superficial, mas identificou várias e várias irregularidades. Não satisfeito, o Ministério pediu que a CGU fosse, e foi um arraso. De um orçamento de quase 700 milhões, 93 milhões, em 1 ano, foram desviados do orçamento dos hospitais federais, em licitação malfeita, em pagamento de situações não regulamentadas, de compra de material não identificado.

Em função disso, eu pedi a presença de todos os diretores — o requerimento vai vir na semana que vem —, dos dois diretores dos hospitais aqui, mais o coordenador dos hospitais federais. Eu estou solicitando a presença desses dois aqui, porque eles estiveram aqui e mentiram para nós — os dois diretores do Hospital dos Servidores e do Hospital de Bonsucesso. Na verdade, o Hospital de Bonsucesso nem diretor tem. Está sem diretor há muito tempo o Hospital de Bonsucesso, que é o mais complicado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Deputado Dr. João, obrigado pelo esclarecimento.

É na mesma linha o item 13.

Aprovado, não é? Ninguém se manifestou contra.



O SR. DEPUTADO MANDETTA - Sr. Presidente, como se está pedindo a relação nominal dos pacientes, eu gostaria que a assessoria jurídica ficasse atenta, porque a situação... A situação de saúde que me levou a determinado hospital diz respeito a mim e ao médico, ao prontuário. Existe previsão legal, onde se coloca o perito. Não existe isso? Vamos supor que eu me internei, fiz uma prótese, sei lá, peniana e não gostaria que o mundo tivesse acesso a essa informação. E aí eu peço aqui uma relação, chego aqui e falo: *“Paciente tal fez uma prótese peniana...”*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Quem dera que a investigação do Dr. João tivesse levado a isso.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Sr. Presidente, eu só gostaria que a parte do sigilo da informação médica que a D. Maria, que está lá não sei onde, não fosse exposta, porque lei protege, no seu direito, as suas informações: se ela tem AIDS, se ela tem hemorroida, o que quer que ela tenha que não seja...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Ninguém vai ultrapassar o limite da ética e da...

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Sr. Presidente, só um detalhe. Eu não quero, Deputado, o nome dos pacientes, mas o número da AIH do prontuário que identifica o paciente. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - O nome, exatamente.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - O nome dos pacientes, dos médicos e...
(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Mas é referente à identificação. O número da AIH é suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Fica a sugestão aqui, ou nós vamos orientar.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Para que se tenha esse cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - O número do prontuário e...

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - O número do prontuário e o número da AIH. É o suficiente, mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - O.k., tranquilo.

Na mesma linha, o Item 13. Requerimento também do Deputado Dr. João, que *“requer da direção do Hospital Federal de Bonsucesso (RJ) — que é outro*



hospital que tem o mesmo problema — *a relação de compra de órteses e próteses no período entre 2010 a 2014, da parte do Hospital Federal de Bonsucesso, entre outras providências*”.

Em discussão. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Sr. Presidente, posso dar mais uma informação ao Deputado?

Deputado, 80% das próteses de mama eram feitas de cirurgia estética nos hospitais federais, e 90% das pacientes mutiladas por tumor não conseguiam acesso a esses hospitais para fazer a cirurgia.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Mas é exatamente isso. Se ela se submeteu a uma prótese mamária, e eu não vou entrar aqui se ela tinha pós-operatório de câncer ou se ela conseguiu fazer a prótese mamária, porque lá é o hospital de residência que tem a cirurgia plástica, e estavam fazendo pra cirurgia plástica. O que não pode é a gente falar: *“A D. Ramona se internou no Hospital de Bonsucesso e fez uma cirurgia plástica estética, porque ela não tinha câncer de mama”*. Isso a gente não pode.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Nisso aí a parte técnica está bem orientada.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Por mais que se tenha vontade de chegar a isso, a gente não pode chegar a isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Até porque ela não é culpada, não é?

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Ela não é culpada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Então, em votação o requerimento sobre Bonsucesso agora.

Aprovado.

Item 14. Requerimento do Deputado Geraldo Resende, que *“requer a criação de Comissão de Deputados, membros da CPI, para realização de uma diligência na cidade de Montes Claros — acabei de fazer a observação, não sabia que iria estar aqui — para a oitiva dos senhores: Dr. Jeferson Ferreira Rodrigues, Juiz Federal da 2ª Vara Federal de Montes Claros, Dr. André Vasconcelos Dias, Procurador da*



República em Montes Claros e o Dr. Marcelo Eduardo Freitas, Delegado Federal, Chefe da Operação Desiderato”.

Em votação o requerimento.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado André Fufuca.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sr. Presidente, eu acredito que essa viagem seja de extrema importância, até porque essa operação, em detrimento do que encaminhávamos aqui, mostrou uma direção totalmente oposta. Nós tínhamos vestígios da questão das próteses cardíacas, mas não tínhamos nada conciso. Então, é de extrema importância que nós possamos ir lá.

Mas eu gostaria, no caso, não de julgar o mérito, até porque o mérito é mais do que importante. Eu queria que nós marcássemos também a data, já que os Deputados estão aqui presentes, todos os Deputados, e eu tenho certeza de que têm interesse nessa viagem, e que nós, além de aprovarmos o requerimento, aprovássemos também logo uma data, se possível até semana que vem, respeitando os prazos. Como falei, nós temos prazos regimentais a serem cumpridos e temos pouco mais de 1 mês para cumpri-los. Então, se pudéssemos aprovar o requerimento e a data, seria bastante salutar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Relator, Deputado André Fufuca, esclarecendo: o Deputado Geraldo Resende, que saiu por motivo de saúde, pediu para chegarmos aqui, amanhã, no horário, que ele vai deixar meia hora exatamente para definirmos quem irá e a data que nós faremos a oitiva lá em Montes Claros. O.k.?

Vamos respeitar o nosso Presidente.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Ele falou isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Deixou já avisado para os técnicos aqui que estão nos assessorando que, amanhã, vai fazer isso, antes de abrir a sessão. Satisfeito? O.k.?

Em votação o requerimento.

Aprovado.



Item 16. Requerimento, do Deputado Pompeo de Mattos, que *“requer sejam informadas quantas cirurgias de próteses e de órteses foram realizadas no Hospital Federal dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro e no Hospital Federal de Bonsucesso, em face de liminares da Justiça nos últimos 3 anos”*.

Em votação o requerimento.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Eu acho que esse requerimento do Deputado Pompeo tem a ver com o anterior, que eu não sei se V.Exa. leu.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - É do Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Pompeo de Mattos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Não.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - V.Exa. leu o Item 16.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Ah, o Item 16.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - No Item 15, ele pede também informações sobre as liminares. É do Deputado Pompeo de Mattos, pelo menos é o que está aqui na minha tela. Eu acho que V.Exa. pulou, Deputado Paulo Foletto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Sim, exatamente, Deputado Mandetta, eu pulei o Item 15.

Então, eu vou ler o Item 15. Requerimento, do Deputado Pompeo de Mattos, que *“requer seja oficiado o Ministério da Saúde e a Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul para se apurar o número de cirurgias para implantação de próteses e órteses, realizadas a partir das decisões judiciais dadas nos últimos 3 anos, em que figurava como advogada dos pacientes Niele de Campos Severo, solicita-se o número dos processos e as varas judiciais em que foram propostos”*.

Está claro agora?

Em votação o requerimento.

Não havendo manifestação contrária, aprovado.

E agora, repetindo, o Item 16. Requerimento do Deputado Pompeo de Mattos, que *“requer sejam informadas quantas cirurgias de próteses e de órteses foram realizadas no Hospital Federal dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro e no Hospital Federal de Bonsucesso, em face de liminares da Justiça nos últimos 3 anos”*.

Em votação.



Não havendo manifestação contrária, aprovado.

Item 17, que é o último. Requerimento nº 152, do Deputado André Fufuca, que *“requer sejam convidados os Srs. Promotores de Justiça da 10ª Vara Criminal Dra. Lessandra Bergamaski e Dr. Luciano Vacaro”*.

É isso mesmo? Vacaro.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Vacaro, Sr. Presidente. Não é Vaccari, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - É Vacaro.

Em votação o requerimento do Deputado André Fufuca.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu queria agradecer a presença de todos.

Vamos encerrar.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Antes, porém, convoco reunião para, amanhã, dia 11 de junho, quinta-feira, às 9h30min, em plenário a ser definido, para deliberação de requerimentos.

Obrigado pela presença de todos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sr. Presidente, antes de encerrar, os Deputados aqui, nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Tem requerimentos que foram encaminhados hoje que a gente vai providenciar...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Mas tem requerimentos hoje? Tem que ser até 24 horas antes da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Vários Deputados fizeram solicitação de requerimentos, e nós vamos prepará-los para, amanhã, deliberarmos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Mas só pode ser dada a entrada até 24 horas antes da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - O Rogério está explicando que o Deputado Odorico Monteiro já deu entrada a um requerimento.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - V.Exa. tem requerimento para amanhã?

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Sim, tenho sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Para amanhã?



O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Sim, e foi combinado ontem a gente apresentar esse requerimento amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Exatamente. O.k.?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Foletto) - Muito obrigado, gente.